

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE LETRAS VERNÁCULAS

MARÍLIA RODRIGUES FRANÇA

AS TECNOLOGIAS VIRTUAIS: UMA COMUNICAÇÃO IDENTITÁRIA INCLUSIVA
VOLTADA PARA O ENSINO/APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

PONTA GROSSA
2011

MARÍLIA RODRIGUES FRANÇA

AS TECNOLOGIAS VIRTUAIS: UMA COMUNICAÇÃO IDENTITÁRIA INCLUSIVA
VOLTADA PARA O ENSINO/APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como requisito final para
obtenção do título de licenciada em Letras
Português/Francês, pela Universidade
Estadual de Ponta Grossa.
Orientadora: Prof^a. Ms. Regina Aparecida
Messias Guilherme.

PONTA GROSSA
2011

MARÍLIA RODRIGUES FRANÇA

AS TECNOLOGIAS VIRTUAIS: UMA COMUNICAÇÃO IDENTITÁRIA INCLUSIVA
VOLTADA PARA O ENSINO/APRENDIZAGEM DA EDUCAÇÃO ESPECIAL

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito final para obtenção do
título de licenciada em Letras Português/Francês pela Universidade Estadual de
Ponta Grossa.

Ponta Grossa, 01 de novembro de 2011.

Prof^a. Ms Regina Aparecida Messias Guilherme
Mestre em Educação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a. Ms Nilcéia Albuquerque França
Mestre em Educação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

Prof^a. Esp. Izacelis Alves
Especialista em Educação
Universidade Estadual de Ponta Grossa

DEDICATÓRIA

Dedico esta monografia, primeiramente a Deus, que em todos os momentos me ajudou a superar minhas dificuldades cognitivas e levantar a minha autoestima.

Também dedico à minha família e aos meus (minhas) verdadeiros (as) amigos (as) e professores (as) que ficaram ao meu lado e me apoiaram durante o processo de realização de meus estudos e pesquisas, para conseguir concluir esse sonho.

Também aos meus alunos, aos quais, dedico com paixão, pois por intermédio deles aprendi que a Diversidade é a forma que Deus nos mostra que “Ele” existe. Então, se somos a sua semelhança, e “Ele” é infinito em graças, como a Diversidade de pessoas, Todos nós somos Um e ao mesmo tempo, Todos somos Diferentes, fisicamente e mentalmente!

A João Edegar, meu esposo, com alegria e amor, por estar sempre ao meu lado, dando apoio, mesmo nos momentos difíceis, sendo o meu porto seguro.

A Andressa, minha filha, com muito amor e dedicação, por ser minha companheira e amiga, dividindo as minhas angústias e alegrias.

A Juvelina, minha mãe, minha inspiração do saber, da firmeza e da dignidade, por apoiar-me sempre com palavras e atos.

A Florisbela, minha sogra, por ter paciência e compreensão, por minha ausência muitas vezes nas reuniões familiares, enquanto me dedicava aos estudos.

A Regina, minha professora e orientadora, ao qual estimo muito, pois demonstrou uma grandeza de coração ao ajudar não somente os seus orientandos, bem como todos os alunos que necessitaram de ajuda. Sempre tendo uma palavra de apoio e de confiança e materiais a serem distribuídos a quem precisasse.

A Nilcéia, por ser além de professora demonstrou ser uma grande amiga, ao qual, desenvolvemos um projeto com as pessoas com deficiência visual, ao qual me apaixonei, e me ajudou a descobrir a minha vocação em trabalhar com a educação especial.

A Izaclis, professora querida, pois estava sempre disposta a ajudar, e com carisma tinha sempre uma palavra animadora para passar a todos.

DEFICIÊNCIA

"Deficiente" é aquele que não consegue modificar sua vida, aceitando as imposições de outras pessoas ou da sociedade em que vive, sem ter consciência de que é dono do seu destino.

"Louco" é quem não procura ser feliz.

"Cego" é aquele que não vê seu próximo morrer de frio, de fome, de miséria.

"Surdo" é aquele que não tem tempo de ouvir um desabafo de um amigo, ou o apelo de um irmão.

"Mudo" é aquele que não consegue falar o que sente e se esconde por trás da máscara da hipocrisia.

"Paralítico" é quem não consegue andar na direção daqueles que precisam de sua ajuda.

"Diabético" é quem não consegue ser doce.

"Anão" é quem não sabe deixar o amor crescer.

E **"Miserável"** somos todos que não conseguimos falar com Deus.

"Amizade é um amor que nunca morre."

(Mario Quintana).

RESUMO

Este trabalho tem, por objetivo, instigar a reflexão acerca das muitas indagações sobre a Educação Especial Brasileira e com um olhar investigativo sobre algumas sociedades de cada época de diferentes países até a atualidade: na perspectiva das Tecnologias Assistivas – TA e nas Tecnologias de Informação e Comunicação Acessível - TICAs, reportando-se ao histórico de vida de indivíduos com algum tipo de deficiência, para compreensão melhor das semelhanças e das diferenças da vida social dos mesmos, se tinham uma vida identitária agregada à sociedade ou se viviam à margem dela mesma, desde a antiguidade até a contemporaneidade. O que levou a realizar essa pesquisa foi à preocupação com o trabalho pedagógico com as Crianças Especiais da Rede Pública Municipal de Ponta Grossa - PR, em que é desenvolvido um trabalho na Educação Especial nas salas do Atendimento Educacional Especializado – AEE, conhecidas também como Salas Multifuncionais. E a prioridade foi buscar contribuir no desenvolvimento do ser humano como pessoa em sua totalidade, ou seja, procurando derrubar algumas barreiras que ainda teimam em impedir o acesso à prática educativa, a vida sociodigital e social. Por ser educadora, procuro a interação de tudo que promova e propicie a acessibilidade dos (as) meus (minhas) alunos (as) à aquisição de linguagem pelo processo do Ensino-Aprendizagem não tradicional, bem como tornar a vida familiar e social deles (as) mais facilitada, para poderem aprender com a diversidade, respeitá-la, admirá-la. Portanto, ao canalizarem não a sua deficiência, mas as suas potencialidades, eles (as) irão conseguir superar as suas deficiências físicas e cognitivas. Por isso, também será abordado sobre a linguagem tecnológica virtual que se tornou uma forma através da qual os indivíduos de qualquer classe social buscam na atualidade se inserir na sociedade no âmbito mundial, buscando não só se agregarem, mas irem muito além, formando uma nova identidade, pois somos um ser em constante transformação. Por isso, é necessário aprofundar mais nesse processo que está cada vez mais presente na vida de todos, tanto pessoal como profissionalmente. A hipótese que se levanta nesta investigação bibliográfica explorativa está também, na busca de fontes cada vez mais atualizadas e detectar em que condições esses processos favorecem o atendimento a essas crianças, que são estigmatizadas pela comunidade escolar como “diferente”, para que sejam interpretadas de acordo com os documentos das Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos, (2006), para aplicar a essas crianças com os estímulos corretos e com adaptações adequadas ao seu potencial de linguagem e cognição, sócio e afetivo e também linguístico, para não haver perdas consideráveis no desenvolvimento do ensino-aprendizagem desse (a) aluno (a), no qual ocorre baixo desenvolvimento, ou até mesmo, o não desenvolvimento desse processo. Dentre os resultados elencados nesta pesquisa está a necessidade de uma formação continuada em Educação Especial para todos os profissionais da educação em sintonia aos princípios do currículo de formação humana. E o aporte teórico que configura esta pesquisa se instaura a partir de SAMPAIO & LEITE (1999), SARTORETTO E BERSCH (2011), BARROS (1990), GOLDFEL (1985), FREIRE (1996), ARANHA (2006), SILVA (2007), SILVA (2000), SANTAROSA (2010), SOARES (2003), BARROS (2009), ALVES (2001), CONFORTO (2010), PLATT (2009), PARANÁ (2006), BRASIL (2010), ROPOLI (2010), MANTOAN (2003), numa tentativa de fundamentar este trabalho com responsabilidade e muito respeito a todos que foram envolvidos para que a mesma pudesse ser concluída. E também, para que possa servir de instrumento de ampliação de conhecimentos para os leigos

que querem conhecer sobre Educação Especial, e, para que a partir desse conhecimento possa se apaixonar por esta modalidade de educação e também para instigar a procura por mais suportes teóricos que embasem o referido tema.

PALAVRAS-CHAVE: Currículo de Formação Humana; TICAS; Tecnologias Virtuais; Acessibilidade; Diversidade; Educação Especial.

RÉSUMÉ

Ce travail a comme but la réflexion les nombreuses questions sur l'éducation brésilienne spécial et un regard sur quelques sociétés de tous des différents époques et pays jusqu'au présent: la perspective des technologies d'assistance - AT et dans les technologies de l'information abordable et de la Communication - STICS, les rapports sur l'histoire de vie des personnes ayant un handicap afin de mieux comprendre les similitudes et les différences dans la vie sociale de leur propre identité a eu une vie global pour la société ou si elle a vécu sur le bord mêmes, de l'Antiquité au contemporain. Ce qui m'a conduit à entreprendre cette recherche a été la préoccupation de mon travail éducatif avec les enfants spéciaux du réseau municipale publique de la ville de Ponta Grossa - PR, qui ont travaillé en éducation spécialisée dans les halls de services spécialisés en éducation - l'ESA, aussi connu comme salles multifonctions. Et ma priorité est de chercher de l'aide dans le développement de la personne humaine comme un tout, c'est-à-dire, en regardant certains obstacles qui persistent encore dans la prévention de l'accès à la pratique éducative, et sociodigital la vie sociale. Être un éducateur, je cherche à réitérer tout ce qui encourage et favorise l'accessibilité de (la) mon (mes) étudiants (comme) l'acquisition du langage par les processus enseignement-apprentissage non traditionnels ainsi que de faire de leur vie sociale et familiale (s) plus facile, de sorte qu'ils peuvent apprendre de la diversité, la respecter, l'admirer. Par conséquent, le canal n'est pas leur handicap, mais son potentiel, ils (les) parviendront à surmonter leurs handicaps physiques et cognitifs. Par conséquent, nous allons discuter aussi de la langue technologique qui est devenu une façon virtuelle dans laquelle les individus de toute classe sociale est actuellement à la recherche dans la société à l'échelle mondiale, en cherchant non seulement globale, mais vont beaucoup plus loin, formant une nouvelle identité parce que nous sommes un être en mouvement. Par conséquent, je soutiens que nous devons approfondir ce processus qui est en plus présent dans nos vies, à la fois personnellement et professionnellement. L'hypothèse qui se pose dans cette littérature de recherche exploratoire est également à la recherche de sources plus actuelles et de détecter les conditions qui favorisent ces processus fournissant des services à ces enfants qui sont stigmatisées par la communauté scolaire comme «différents», doit être interprétée selon les documents du curriculum d'éducation spéciale Directives pour le renforcement des curriculum inclusif, (2006), à appliquer à ces enfants avec les stimuli droite et avec les ajustements appropriés à son potentiel de langage et la cognition, le langage social et émotionnel et aussi pour pas de pertes dans le développement de l'enseignement et l'apprentissage qui (a) étudiant (a), qui survient en cours de développement, ou même non-développement de ce processus. Parmi les résultats énumérés dans cette recherche est le besoin de formation continue dans l'enseignement spécial pour tous les professionnels de l'éducation en harmonie avec les principes du programme de développement humain. Et l'approche théorique qui fixe cette recherche est établi à partir de SAMPAIO & LEITE (1999), SARTORETTO, M. L. E BERSCH(2011), BARROS (1990), GOLDFEL (1985), FREIRE (1996), ARANHA (2006), SILVA (2007), SILVA (2000),SANTAROSA (2010), SOARES (2003), BARROS(2009), ALVES (2001), CONFORT (2010), PLATT (2009), PARANÁ(2006), BRASIL(2010), ROPOLI (2010), MANTOAN (2003), dans une tentative pour soutenir ce travail avec responsabilité et un grand respect pour tous ceux qui ont été impliqués afin qu'il puisse être complété.Et aussi, qui peut servir comme un outil pour l'expansion des connaissances pour les laïcs qui veulent en savoir un peu plus sur l'éducation

spéciale, et donc de ce savoir peut tomber pour ce type d'éducation et aussi de susciter la recherche de plus de médias base théorique ladite sujet.

MOTS CLÉS: Curriculum de formation pour les humains; Les TICAS; Les Virtual Technologies; L'Accessibilité; La diversité; L'éducation spéciale

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO I.....	18
1. AS TECNOLOGIAS VIRTUAIS: UMA COMUNICAÇÃO IDENTITÁRIA INCLUSIVA VOLTADA PARA O PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM EM EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	18
1.1. AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES ACESSÍVEIS – TICAs A LUZ DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS – PNEs.....	23
1.2. A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL.....	25
CAPÍTULO II.....	30
2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: DESDE A ANTIGUIDADE ATÉ A CONTEMPORANEIDADE.....	30
2.1. DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL AO OLHAR DAS TECNOLOGIAS, A PARTIR DE 2004.....	34
2.2. ESCOLA INCLUSIVA CONTEMPORÂNEA DOS DIFERENTES OU DAS DIFERENÇAS?.....	37
CAPÍTULO III.....	40
3. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO – AEE?.....	40
3.1. A IMPORTÂNCIA DAS INTERPRETAÇÕES PEDAGÓGICAS SOBRE OS DOCUMENTOS DE ÂMBITO INTERNACIONAL QUE NORTEARAM A ORIENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS INCLUSIVOS NO BRASIL.....	43
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
BIBLIOGRAFIA.....	51

ÍNDICE DE IMAGENS

IMAGEM 1 - Teclado especial com pranchas de comunicação.....	26
IMAGEM 2 - Teclado Colméia.....	26
IMAGEM 3 - Mouse com acionadores.....	26
IMAGEM 4 - Pulseira especial.....	26
IMAGEM 5 - Teclado especial ampliado com pranchas.....	27
IMAGEM 6 - Pulseiras adaptadas para Teclado Colméia.....	27
IMAGEM 7 - Ponteira de cabeça.....	27
IMAGEM 8 - Equipamentos e materiais pedagógicos.....	27
IMAGEM 9 – Braille Fácil.....	27
IMAGEM 10 – Teclado virtual.....	28
IMAGEM 11 - Tela inicial do sistema Dosvox.....	28
IMAGEM 12 – Placa de calcário representando um homem com deficiência física e sua família fazendo uma oferenda à Deusa Astarte.....	30
IMAGEM 13 - Mostra uma sala de recursos multifuncional e a professora ensinando Língua Portuguesa escrita para crianças com surdez.....	42
IMAGEM 14 – Mostra uma atividade para criança com paralisia cerebral.....	42
IMAGEM 15 - Atividades individuais para criança surda.....	43
IMAGEM 16 - Atividade para criança surdocegueira.....	43

ÍNDICE DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – Diagnóstico da Educação Especial no Brasil..... 35

GRÁFICO 2 - Distribuição das matrículas da Educação Especial no Brasil.....35

INTRODUÇÃO

Ao longo da história, houve no âmbito educacional, muitas indagações sobre a Educação Especial Brasileira e no decorrer do desenvolvimento deste trabalho, terá a compreensão do histórico de vida de crianças com algum tipo de deficiência e o olhar da sociedade de cada época em alguns países, até a atualidade na perspectiva das Tecnologias Virtuais: as Tecnologias Assistivas e as Tecnologias TICAs.

Pois, por trabalhar com Crianças Especiais no Atendimento Educacional Especializado – AEE, na Rede Pública Municipal instigou-me a procurar e me inteirar de tudo que promovesse a acessibilidade dos (as) meus (minhas) alunos (as) ao processo do ensino-aprendizagem bem como tornar a vida familiar e social facilitada, para que eles (as) possam ter uma vida mais digna, canalizando não a sua deficiência mais as suas potencialidades, sempre na busca da construção de uma escola modelo mais democrática que atenda a todas as necessidades dos (as) alunos (as).

Será abordado também sobre a linguagem tecnológica virtual que se tornou uma forma da qual os indivíduos contemporâneos de qualquer classe social buscam na atualidade se inserir na sociedade virtual mundial, buscando não só uma forma de se incluir, mas buscar através da troca de informações das diferentes culturas e formar sua identidade.

Por isso, afirmo que se deve aprofundar nesse processo que está cada vez mais presente na vida de todos, tanto pessoal como profissional fala de uma das professoras da Escola Municipal Luís Delfino sobre a importância da utilização de computadores na educação ou na vida cotidiana a partir do mesmo raciocínio de Lévy do qual, afirma que:

...a informática é uma revolução como foi à invenção da escrita. O dia em que o homem aprendeu a escrever, ele teve em mãos uma tecnologia que revolucionou a humanidade. Agora, eu acho que o computador é semelhante, a gente tem que aprender a escrever de novo dentro dessa linguagem (1993, p.119).

E como o mundo virtual está numa constante explosão transformativa, todos estão sujeitos a essas mudanças cada vez mais rápidas nessa linguagem tecnológica, pois quem não tem, ou já participou ou até mesmo ouviu falar de um e-mail, gmail, Orkut, Messenger - MSN, *chats* ou salas de bate-papo, facebook,

youtube, habbo, twitter, dentre outros? E estes recursos estão infiltrando-se na sociedade e tornando-se indispensáveis para o estudo, o trabalho, a pesquisa, a comunicação e também para a nossa diversão individual ou familiar, pois as tecnologias assim possibilitam.

Por isso, é inegável a aceitação de que todo (a) “educador (a)” deve procurar se inteirar e principalmente se alfabetizar com qualidade, para que possa ter uma base concreta e bem firme, voltada a essa nova linguagem para poder alcançar o objetivo principal que é a interação e a aquisição do processo de ensino-aprendizagem de todos os (as) alunos (as), e porque não, através das tecnologias virtuais?

Também será abordado o principal dilema que sempre está em discussão entre os profissionais de educação que se manifesta a partir da inquietação sobre qual à forma correta para que aconteça de forma consolidada, o processo de ensino-aprendizagem para as crianças especiais? E é partir das Tecnologias de Informação e Comunicação – TICs e das Tecnologias de Informação e Comunicação Acessível – TICAs que são, atualmente, as alternativas mais coerentes para suprir essas necessidades através da interação entre o indivíduo “professor” com a deficiência ao ambiente de escolarização nas tecnologias.

Pois hoje, as Tecnologias Virtuais proporcionam uma gama infindável de informações que sempre estará em constante transformação em prol da acessibilidade para tornar possível a Inclusão de todas as pessoas, de todas as idades e credos ou com alguma deficiência.

E o mais incrível é que esta tecnologia virtual está conseguindo atrair todas as faixas etárias em uma sociedade mundial virtual, pois a relação que existe entre máquina/ homem e homem/máquina fazem produzir uma comunicação entre seus usuários humanos, como afirma LÉVY (1993):

Uma interface homem/máquina designa o conjunto de programas e aparelhos materiais que permitem a comunicação entre um sistema informático e seus usuários humanos. (LÉVY, 1993: p. 176).

Ao mesmo tempo, promove através de uma perspectiva inclusiva, o resgate da autoestima do indivíduo navegador, provocando-o e instigando-o ao acesso a uma Língua Portuguesa diferente. Mas muitos estudiosos buscam questionar essa

linguagem se é com qualidade ou não. Pensando em comunicação, todos devem realizar uma reflexão, se o indivíduo consegue entender a mensagem recebida e se fazer entender pelo receptor, então, porque não ser, em forma rápida, atraente, divertida e totalmente prática como os internautas utiliza? Conforme Alves afirma:

Nunca ninguém me disse que eu deveria aprender a descascar laranjas. Aprendi porque vi meu pai descascando laranjas com uma mestria ímpar, sem arrebentar a casca e sem ferir a laranja, e eu queria fazer aquilo que ele fazia. Aprendi sem que me fosse ensinado. A arte de descascar laranjas não se encontra em programas de escola. O corpo tem uma precisa filosofia de aprendizagem: ele aprende os saberes que o ajudam a resolver problemas com que está se defrontando (2001, p. 52).

Essa filosofia de Rubem Alves mostra que às vezes o (a) educador (a) faz peripécias para poder ensinar seus (suas) alunos (as) e esquece-se do principal, que é o de lhes ensinar o básico para a vida, pois muitos saem da escola sem essa bagagem importante e, não conseguem ter autonomia para avançar tanto profissionalmente quanto socialmente. E hoje em dia, as tecnologias são consideradas essenciais para eles (as) poderem se incluir no mundo social da família, da escola, do trabalho e dos amigos.

Portanto, essa filosofia deve ser aplicada não só na escola de uma forma em que esse (a) aluno (a) acredite, lute e busque por uma qualidade de vida na sociedade e também no mundo em que o cerca, através da vontade de realizar as produções que não sejam só de forma científica, mas que ao mesmo tempo, faça parte de sua linha histórica que parta do dia a dia, como a arte de cortar laranjas, ou seja, concretizando seus saberes diários na arte da escrita e que poderá ser concretizada manualmente.

Mas para que isso aconteça, a família é um ponto primordial na construção dessa mudança, pois tem que além de dar o apoio, participar ativamente de todos os passos desse (a) aluno (a), desde o âmbito familiar, cobrando os afazeres, incentivando quando não compreende as atividades propostas, fazendo a ponte intermediária com os profissionais de educação do ensino regular, do Atendimento Educacional Especializado - AEE, bem como, os profissionais da área médica, do qual seu (sua) filho (a) é atendido (a), como fisioterapeutas, neuropediatras, equoterapeutas, psicólogos e também as instituições não governamentais em que frequenta, procurando se inteirar das potencialidades e das suas necessidades. Brasília (2006, p. 7) afirma que a família tem a necessidade de construir o seu

próprio conhecimento e desenvolver as competências para saber tomar decisões corretas e para trabalhar da melhor maneira buscando recursos e serviços para suprir as necessidades especiais e focando as potencialidades de seu (sua) filho (a).

E muitas vezes, a família se sente insegura, despreparada, e outros não aceitam que seu (sua) filho (a) tenha alguma deficiência e cabe aos profissionais de educação, a importância de desenvolver essa ponte, pois se torna uma via de mão dupla, os pais precisam do apoio profissional e os profissionais também necessitam do apoio da família, para que juntos cheguem ao mesmo objetivo, que é proporcionar ao (a) aluno (a) uma vida digna e autônoma.

Pois muitas vezes não é a deficiência que está bloqueando a aquisição do ensino-aprendizagem do (a) mesmo (a), mas, uma série de fatores externos não perceptíveis aos pais ou aos profissionais do ensino regular, e nesse momento cabe aos profissionais do AEE, fazer um estudo do meio, proporcionar a interação com a família de forma profissional, sem lhes tirar a autonomia. Também, dando-lhes o suporte, com incentivos, orientações, diálogos, pois muitas vezes, os pais necessitam de alguém para falar abertamente o que sentem, pois muitos se culpam ou se sentem incapazes pela condição em que estão vivendo, somente depois desse desabafo eles conseguem aceitar, compreender e ajudar seu (sua) filho (a).

Mas, o profissional de educação deve ser ético e respeitar o momento que a família está passando. E também, ele não deve ter uma visão discriminatória ou tomar algum partido quando se deparar com situações em que a família foge aos padrões tradicionais, mas deve sim, manter o foco voltado para o seu objetivo e ter um olhar clínico para detectar quais os fatores que estão interferindo e prejudicando o (a) aluno (a) na aquisição do processo ensino-aprendizagem e tentar formular um plano de intervenção para sanar essa falha.

FREIRE, (1996) soube exprimir muito bem através da escrita por meio do seu livro *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*, qual o papel fundamental do (a) professor (a) que está preocupado (a) com a educação, que é a de aprofundar-se em novas pesquisas em saberes significativos para o (a) aluno (a), pois não adianta planejar uma aula muito bem, se não está condizente com a realidade ou interesse do (a) mesmo (a) e isso realmente fazem a diferença.

Deve-se considerar que atualmente, esses saberes estão ou não de acordo com o que rege as diretrizes curriculares, criada pela Comissão do Desenvolvimento Urbano - CDU (Brasília/DF), principalmente, o item que se refere à Educação

Especial, Brasília, que foi publicado em setembro de 2007, e as Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a construção de Currículos Inclusivos (DCEE), Paraná.

Sem ter uma visão sobre a linguagem e cognição só por uma perspectiva sócio-interacionista vygotskyana, mas ter uma visão mais ampla e global como a do Letramento, da Linguagem, das Práticas Escritas e da Produção de Sentido, que propicie aos (às) alunos (as) acesso ao conhecimento, dando-lhes o suporte para que eles (as) cresçam em sua autoestima sendo autores de seu conhecimento de mundo, e com isso, se tornem autônomos (as), não necessitando somente do (a) professor (a) para ditar as regras do que fazer. O (a) professor (a) torna-se somente um (a) mediador (a), até que eles (as) consigam levantar suas próprias asas na “sua” própria forma de aquisição da linguagem, seja através da oralidade, da escrita do texto verbal, ou na interpretação do texto não verbal, das artes verbais ou não verbais, das tecnologias virtuais, dentre outras formas.

Diante dessas considerações, deve-se compreender que o processo de ensino-aprendizagem na contemporaneidade, bem como, as leis e teorias que envolvem a prática pedagógica, estão em constante evolução. E essa evolução está cada vez mais desafiadora e complexa, ainda mais, no que se refere à educação especial, bem como as tecnologias voltadas ao ensino, nasceu à percepção e a vontade em realizar este Trabalho de Conclusão de Curso em forma de pesquisa bibliográfica e exploratória.

E para fundamentar e alinhar esta investigação, foi analisado e interpretado citações de alguns teóricos renomados sobre o assunto, ao qual foi abordado no decorrer do mesmo, uma vez que atuo nesta área e procuro tecer uma teia de conhecimentos concretos, para ter um chão firme em que possa me apoiar, para ser uma profissional competente, responsável e digna de meus (minhas) alunos (as).

CAPÍTULO I

1. AS TECNOLOGIAS VIRTUAIS: UMA COMUNICAÇÃO IDENTITÁRIA INCLUSIVA VOLTADA PARA O PROCESSO ENSINO- APRENDIZAGEM EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

Há muitas pesquisas voltadas para a busca da identidade e diferença de um indivíduo, pois iniciar pelos estudos culturais como perspectiva para todos os estudiosos da área da educação, significa compreender como é o processo de aquisição identitária que envolve todo um paradigma conceitual em torno do sujeito a ser pesquisado.

Em que, foi avaliado o histórico dos antepassados, o convívio social, ao qual o indivíduo está integrado (família, amigos) e ao que ele se relaciona em alguns momentos (escola, trabalho, internet, dentre outros), e a forma de discurso linguístico ao qual ele é exposto, para ajudar a formar o núcleo de si mesmo, para poder se chegar a um diagnóstico mais ou menos preciso, do qual é o fator que interferiu mais, ou que teve de alguma forma maior influência para se chegar ao veredito sobre o conceito identidade e diferença, que são inseparáveis.

Mas, todos têm que ter consciência de que esses dois conceitos não são finitos e está sempre em transformação e como uma brincadeira de construção e desconstrução de valores, mas que interferem a todo o momento no ser identitário, pois depende muito de onde ele está, e qual circunstância está inserida, e esse indivíduo nunca se contenta e estará sempre na busca da descoberta de qual é a sua identidade real por ser essencial a sua formação na sociedade.

Para ter uma melhor compreensão deve-se fazer uma reflexão a partir do livro que revela a perspectiva dos estudos culturais para a construção de conceitos de identidade e diferença, em que os estudiosos Tomaz Tadeu da Silva, Stuart Hall e Kathryn Woodward (2000), em seus textos demonstram diferentes formas de abordar o mesmo tema, mas com fácil compreensão. E é a partir de uma problematização que fazem perceber a importância da reflexão sobre a questão de como são definidas a identidade e a diferença das pessoas na contemporaneidade.

Inicia-se com Woodward (2000), que esclarece através de alguns conceitos centrais envolvidos na construção da identidade, de como ela funciona, dividindo-a em várias dimensões, nos ajuda a compreender melhor algumas questões como a sua importância, qual é a sua representação, e sobre questionamentos que existem se há ou não uma crise de Identidade. Woodward (2000) faz refletir sobre a forma

em que a diferença é marcada em relação à identidade e também explora de forma coesa as relações, entre identidade e subjetividade, ou seja, que elas pertencem somente ao sujeito. E para a autora é necessário estender essa análise procurando compreender todos os processos que asseguram o investimento do sujeito em uma identidade.

Para Hall (2000), a questão da identidade e da diferença é estudada a partir do centro da teoria social e da prática política na contemporaneidade e que está em constante desenvolvimento, concluindo que, é um processo inacabado. E que elas nunca são unas e sempre depende de estratégias e de que posição ocupa para a sua apropriação. Já para Silva (2000), essa questão da identidade e da diferença é focalizada como ponto central da teoria social e da prática política contemporânea, em geral, conhecida como multiculturalismo.

Para ele, os conceitos sobre identidades e diferenças são importantes no processo de produção discursiva e social da diferença e que a identidade não pode ser reduzida a uma questão de respeito e tolerância com o conceito de diversidade, pois elas abrangem muito mais fatos que precisam ser analisados, como por exemplo, não é só o ato da fala, existem vários fatores como os sociais, os antepassados familiares, o grupo em que está inserido no momento, dentre outros, que estão em torno do indivíduo e interferem diretamente em sua aquisição da identidade.

E Silva (2000), explicam de forma perceptível, que identidade e diferença são resultados de atos de criação linguística diferentes, ou seja, como a identidade brasileira é o resultado da criação de variados e complexos atos linguísticos que a definem como sendo diferente de outras identidades nacionais, porque não tem uma linguagem considerada pura, pois é uma mistura de vários povos, de vários países que ao simples fato de vir morar em nosso país, perderam sua raiz, ou seja, a sua identidade nacional e com influências recebidas no Brasil, através de outras culturas, foram marcadas formando outra identidade a partir das diferenças culturais e linguísticas ao qual, foram expostas, e o mesmo acontece com seus filhos e as futuras gerações, pois vão convivendo com outras formas diferenciadas e infinitas, tornando-se um processo constante.

O autor explana também, que a identidade é ligada por estruturas que são de forma instável, fragmentada, inconsistente, portanto, não é retilínea, fixa ou acabada. E ele afirma que as contradições e o aspecto inacabado da Identidade são ligados a

estruturas discursivas e narrativas, sendo sujeitas as disputas pela hierarquia, sem serem simplesmente definidas e sim impostas pelas relações de poder.

E a partir dessa visão ele esclarece que a identidade e a diferença não são, nunca, inocentes, pois sempre há uma intenção que estará nas entrelinhas do processo de aquisição. Pois para Silva (2000), esses dois conceitos estão estreitamente ligados a sistemas de significação, sendo construído de forma processual e constituem um elemento relacional e é também definido como desempenho, que nada mais é do que o resultado de sua atuação durante o processo aquisitivo, portanto são inseparáveis.

Nesta direção, são vários conceitos que existem quanto ao tema “identidade e diferença”, que procura dar concretização a um conceito muito difundido e discutido. E agora vamos abordar o mesmo tema, mas ao olhar da Educação Inclusiva com Rodopoli, a qual, afirma que:

O poder institucional que preside a produção das identidades e das diferenças define como normais e especiais não apenas os alunos, como também as suas escolas. Os alunos das escolas comuns são normais e positivamente valorados. Os alunos das escolas especiais são os negativamente concebidos e diferenciados. Os sistemas educacionais constituídos a partir da oposição - alunos normais e alunos especiais - sentem-se abalados com a proposta inclusiva de educação, pois não só criaram espaços educacionais distintos para seus alunos, a partir de uma identidade específica, como também esses espaços estão organizados pedagogicamente para manter tal separação, definindo as atribuições de seus professores, currículos, programas, avaliações e promoções dos que fazem parte de cada um desses espaços. Os que têm o poder de dividir são os que classificam, formam conjuntos, escolhem os Atributos que definem os alunos e demarcam os espaços, decidem quem fica e quem sai destes, quem é incluído ou excluído dos agrupamentos escolares. Ambientes escolares inclusivos são fundamentados em uma concepção de identidade e diferenças, em que as relações entre ambas não se ordenam em torno de oposições binárias (normal/especial, branco/negro, masculino/feminino, pobre/rico). Neles não se elege uma identidade como norma privilegiada em relação às demais (2010, p. 7).

A educação inclusiva para a autora, que já visa outra forma de compreender esse conceito contemporâneo de identidade e diferença, no qual, questiona como ponto principal, a artificialidade das identidades apresentadas e consideradas *normais* e, entende as diferenças como formas resultantes da multiplicidade, e não da diversidade que vem em oposição à identidade, mas como é comumente declarada.

Trata-se de uma educação que se preocupa em garantir o direito à diferença e não à diversidade, pois para assegurar o direito à diversidade é continuar na

mesma, ou seja, é seguir reafirmando o idêntico. Rodopoli considera que:

A diferença (vem) do múltiplo e não do diverso. Tal como ocorre na aritmética, o múltiplo é sempre um processo, uma operação, uma ação. A diversidade é estática, é um estado, é estéril. A multiplicidade é ativa, é fluxo, é produtiva. A multiplicidade é uma máquina de produzir diferenças - diferenças que são irredutíveis à identidade. A diversidade limita-se ao existente. A multiplicidade estende e multiplica, prolifera, dissemina. A diversidade é um dado - da natureza ou da cultura. A multiplicidade é um movimento. A diversidade reafirma o idêntico. A multiplicidade estimula a diferença que se recusa a se fundir com o idêntico (SILVA *apud* RODOPOLI SILVA, 2000, p. 100-101).

E é muito interessante fazer uma reflexão sobre essa analogia de Rodopoli (2010), pois por ser uma questão que traz polêmica, caro leitor, se for analisar a palavra diversidade que vem do diverso, e reportar aos indivíduos, pode-se concluir que é uma palavra fechada e se restringe ao que se vê. Como por exemplo: Há uma variedade de pessoas a fila do banco, algumas são negras, outras são brancas e outras são indígenas. Portanto, a variedade é fixa, porque posso determiná-las.

Agora, observe a palavra diferença, a partir do exemplo: Maria que é brasileira natural da Bahia casou-se com Pedro que é Americano que fala muito pouco o português e vieram morar no Paraná. Passado alguns anos tiveram dois filhos, um menino e uma menina, na aparência, cada um herdou alguma coisa da mãe e alguma coisa do pai, mas não são idênticos a eles, nem entre si.

Também, as suas produções discursivas são diferentes, porque tiveram a influência cultural dos pais e da comunidade em que vivem no momento, mas como sempre estão viajando, para os Estados Unidos e para a Bahia, eles estão em constante mudança de sotaque e também é influenciada na forma de se vestir, e com isso, a aquisição de identidade está também em constante evolução, a partir da multiplicidade, do diferente e não da igualdade.

Na contemporaneidade, o mundo está em constante transformação e vive-se na era de uma nova forma de linguagem, a das tecnologias virtuais que está influenciando a população mundial, na busca em agregar-se a essa sociedade tecnológica que está evoluindo a cada instante. E SAMPAIO & LEITE (1999, p. 55) fazem um apanhado sobre a realidade cultural educativa que ainda teima em permanecer nos dias de hoje.

Elas afirmam que em muitas escolas continuam praticando as antigas concepções de alfabetização tradicionalistas, baseadas numa visão restrita e mecânica desse processo, que se restringe simplesmente ao decodificar a língua.

Elas nos chamam a atenção para verdadeira importância da alfabetização, ou seja, da cultura letrada, que para se constituir é necessário que seja fruto de situações concretas vivenciadas pelos (as) educandos (as). E isso nos faz refletir sobre um mundo comunicativo diferente, mas que está cada vez mais presente em todas as classes sociais que é a linguagem do mundo comunicativo virtual.

E para que haja uma melhor compreensão desse mundo comunicativo virtual, no qual, está revolucionando a população Mundial, irei abordar as Tecnologias de Comunicação – (TICs) e as Tecnologias de Informação e Comunicação Acessível – (TICAs) que está desenvolvendo as capacidades de comunicação e interação dos professores para a educação contemporânea.

Pois, segundo as Organizações das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura (UNESCO, 2008, p. 01), as TICs podem ajudar a acelerar o desenvolvimento para se chegar à meta desejada de educação para todos.

Os representantes da UNESCO no Brasil, juntamente com as parcerias das Cátedras UNESCO em educação à distância por várias universidades brasileiras, lançaram no país, em 04 de agosto de 2009, o projeto internacional “Padrões de Competência em TICs para Professores”, que tem como meta fornecer diretrizes sobre como melhorar as capacidades dos professores nas práticas de ensino por meio de TICs adaptados à realidade da escola brasileira. Pois para a UNESCO:

O Brasil precisa melhorar a competência dos professores em utilizar as tecnologias de comunicação e informação na educação. A forma como o sistema educacional incorpora as TICs afeta diretamente à diminuição da exclusão digital existente no país (2011, p. 1).

Segundo Corrêa (2004), a importância das TICs para o desenvolvimento e busca da identidade pelo indivíduo é muito grande, pois é a partir da comunicação virtual com um mundo sem fronteiras sociais e culturais, no qual, o indivíduo utilizando-se do próprio ambiente quer integrar-se utilizando dos recursos virtuais dos quais, encontra-se uma gama de oportunidades diante de sua tela virtual e nela ele deixa-se levar e sonhar com um mundo perfeito sem se preocupar com o racismo, com guerras de poderes, com diferentes classes sociais, com a exclusão, seja de todas as formas possíveis que são praticadas em seu mundo real, ou seja, físico.

Ele pode deixar cair por terra todos os seus escudos de proteção e navegar tranquilo como bem entender. Portanto, Corrêa afirma que:

A revolução tecnológica concentrada nas Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs), que possibilita a conexão mundial via redes de computadores, promove alterações significativas na base material da sociedade, ao estabelecer uma interdependência global entre os países e modificar as relações entre economia, Estado-nação e sociedade. O uso crescente de redes como a Internet resultou na criação de um novo tipo de organização social, a sociedade em rede, que permite a formação de comunidades virtuais, grupos humanos constituídos pela identificação de interesses comuns (2004, p. 1).

Para a autora, o aparecimento dessas comunidades que estão cada vez mais se proliferando e em constante movimento e mudança comportamental e linguística, e é devido às diferentes estratégias que o ser humano busca para integrar-se a sociedade através da formação de novas identidades culturais devido à fragmentação causada pela globalização, em função da contemporaneidade. E é a Comunicação Mediada por Computador (CMC), que chamamos de ciberespaço, e essa rede de Internet e do ambiente virtual pode proporcionar ao navegante internauta inúmeras possibilidades tanto na forma de se comunicar quanto na aquisição de conhecimento cultural e de mundo. De acordo com Castells:

A Internet é o coração de um novo paradigma sócio técnico, que constitui na realidade a base material de nossas vidas e de nossas formas de relação, de trabalho e de comunicação. O que a Internet faz é processar a virtualidade e transformá-la em nossa realidade, constituindo a sociedade em rede, que é a sociedade em que vivemos (CORRÊA *apud* CASTELLS, 2003, p. 287).

1.1. AS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÕES E COMUNICAÇÕES ACESSÍVEIS – TICAs A LUZ DAS PESSOAS COM NECESSIDADES ESPECIAIS - PNEs

De acordo com as pesquisadoras, Santarosa e Conforto (2010, p. 21) “o processo de inclusão provoca mudanças na perspectiva socioeducacional, tanto para as pessoas com necessidades especiais – PNEs, como todos os participantes, bem como, para as instituições educativas”.

Portanto, são as Tecnologias utilizadas como informação e como comunicação, voltadas para a Educação Inclusiva, propicia muitas vantagens a comunidade escolar, na qual, os indivíduos que as estudam e as empregam corretamente, aprendem a respeitar, a compreender e a admirar as qualidades de todas as pessoas, independentemente de suas diferenças físicas e cognitivas, aspectos que possibilitam que a sociedade consiga aceitar essas pessoas e as trate com justiça e com mais carinho.

Através de implantação de uma rede de apoio através das tecnologias que tire o rótulo de deficiência e aplicar atividades que aposte no processo de desenvolvimento humano a partir de suas diferenças, mas potencializando o que o indivíduo consegue realizar e adaptar, o que ele não consegue realizar para que tenha acesso a toda tecnologia.

Para que aconteça essa acessibilidade, entra em ação as conhecidas Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs que têm muita importância para sanar os *déficits* das PNEs através de suas ferramentas e combinadas com metodologias adequadas os dispositivos de computação (*software e hardware*) das Tecnologias Assistivas vão proporcionar o aumento da eficiência das PNEs. SARTORETTO e BERSCH (2011, p.1) definem muito bem as Tecnologias Assistivas:

No Brasil, o Comitê de Ajudas Técnicas - CAT, instituído pela PORTARIA Nº 142, DE 16 DE NOVEMBRO DE 2006 propõe o seguinte conceito para a tecnologia assistiva: "Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social" (ATA VII – Comitê de Ajudas Técnicas (CAT) – Coordenadoria Nacional de Integração da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE) – Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Presidência da República). O termo Assistive Technology, traduzido no Brasil como Tecnologia Assistiva, foi criado em 1988 como importante elemento jurídico dentro da legislação norte-americana conhecida como Public Law 100-407 e foi renovado em 1998 como Assistive Technology Act de 1998 (P.L. 105-394, S. 2432). Compõe, com outras leis, o ADA – American with Disabilities Act, que regula os direitos dos cidadãos com deficiência nos EUA, além de prover a base legal dos fundos públicos para compra dos recursos que estes necessitam (2011, p. 1).

As duas autoras também diferenciam muito bem, os Recursos de Serviços, das Tecnologias Assistivas, de forma simples e de fácil compreensão. Para elas, os recursos, podem variar de uma simples bengala que é um material de fácil aquisição por ser barata e que não precisa de muito material para confeccioná-la, a um complexo sistema computadorizado que é mais caro e que necessita de muita pesquisa e materiais difíceis de achar.

E estão incluídos, desde brinquedos e roupas adaptadas, quanto os computadores com *softwares* e *hardwares* especiais, que contemplam questões de acessibilidade, dispositivos, recursos para mobilidade manual e elétrica, equipamentos de comunicação alternativa, chaves e acionadores especiais, aparelhos de escuta assistida, auxílios visuais, materiais protéticos e milhares de

outros itens confeccionados ou disponíveis comercialmente.

E já os serviços, de acordo com SARTORETTO e BERSCH (2011, p. 1), são aqueles prestados por profissionais à pessoa com deficiência visando selecionar qual o material de que ela precisa ou mais se adapta buscar a sua obtenção ou a utilização dos instrumentos de tecnologia Assistiva de outras formas.

E é tão ampla a demanda que é utilizada de forma transdisciplinar, do qual, vários profissionais são envolvidos, como: fisioterapeuta, terapeuta ocupacional, fonoaudióloga, educadores, psicólogos, enfermeiros, médico, engenheiros, arquitetos dentre outros, para poder fazer avaliações e treinamentos através da experimentação, tudo em prol das PNEs, para que possam ter uma vida mais digna e acessível.

1.2. A IMPORTÂNCIA DA TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Para que aconteça essa verdadeira acessibilidade do indivíduo tanto no mundo escolar como também no “seu mundo social extracurricular” entra em ação os dispositivos de computação para tecnologia assistiva que começa com *hardware* desde um *mouse* adaptado com sensores, teclado especial com colméia, apontadores, microfone móvel, sensores-emulação (teclado/*mouse*), até os *softwares* como *PAINT. NET, QTMDemo, SIMULADOR DE TECLADO, Audacity, Blogger, Dasher, DosVox, Gmail, LentPro, Hot Potatoes, Menino Curioso, Mouse Tool, Movie; LentePro 1.4, Maker, Paint, PaintNET, TuxPaint, Youtube, Br Office Draw, Br Office Writer; AUDACITY 1.2.6, MOTRIX, PRANCHA LIVRE 1.2., TUXPAINT 09.21*, dentre outros.

No qual, alguns serão citados no decorrer deste trabalho. Dos quais são desenvolvidos especialmente para cada modalidade de deficiência, e não fica restrito só para o educando que queira aprender, mas qualquer pessoa que tenha algum tipo de deficiência que também consiga construir sua aprendizagem com eficiência, agilidade e de fácil assimilação, pois possibilita ao indivíduo ampliar seu conhecimento de mundo, através da navegação da *internet* e para a realização de atividades interativas a partir de softwares desenvolvidos para esse fim.

No que se refere à compreensão da incidência e uso da Tecnologia Assistiva para Limitações Motoras, já é uma realidade brasileira, pois as salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE) já contam com o Teclado Especial com Pranchas

de Comunicação (1), o Teclado Colméia (2), *mouse* com acionadores (3), pulseiras especiais para lápis ou caneta (4), teclado especial ampliado e com pranchas (5), pulseiras adaptadas para teclado colméia (6), ponteira de cabeça (7), além de estarem também, disponíveis alguns equipamentos e materiais pedagógicos para os (as) alunos (as) com deficiência visual (8).

A título de ilustração, eis as suas representações sígnicas em forma da reprodução de fatos, que foram publicadas por ROPOLI (2010) em seu livro: *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar - A Escola Comum Inclusiva*.



IMAGEM 1 - Teclado especial com pranchas de Comunicação. BRASÍLIA, 2010, p. 31



IMAGEM 2 - Teclado Colméia
BRASÍLIA, 2010, p. 35



IMAGEM 3 - Mouse com acionadores
BRASÍLIA, 2010, p. 35

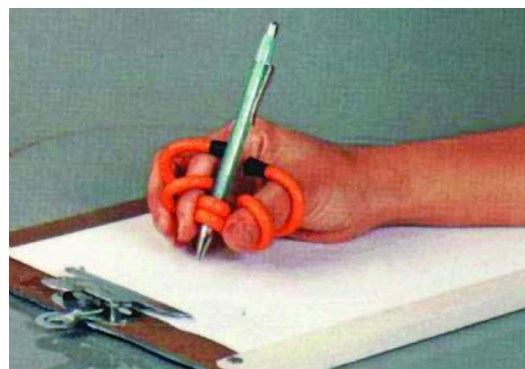


IMAGEM 4 - Pulseira especiais
BRASÍLIA, 2010, p. 36

conhecimento da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), pois ele foi desenvolvido para a escrita de texto em LIBRAS. Confort (2010, p.317) afirma que o teclado virtual traz a possibilidade das PNEs com deficiência auditiva quando utilizá-lo possam unir seus pensamentos com seus registros gráficos. Como se pode observar na tabela abaixo:

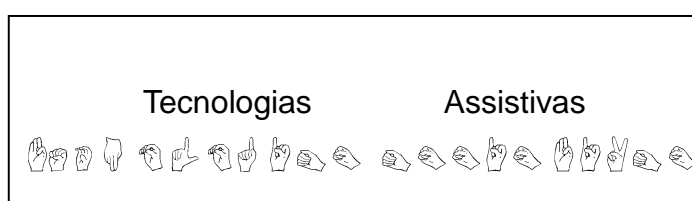


IMAGEM 10 – Teclado virtual
Fonte: a própria autora

E o programa *DOSVOX* é um *software* que foi elaborado para facilitar o acesso das PNEs com limitação visual, no mundo da tecnologia virtual, para aos que têm baixa visão e também os que têm cegueira total, pois possibilita a navegação no mundo tecnológico com autonomia, desde uma produção textual até a navegação na *internet*.



IMAGEM 11 - Tela inicial do sistema Dosvox
Fonte: CONFORTO E SANTAROSA (2010, p. 305)

Portanto, as tecnologias virtuais na contemporaneidade conhecidas como ambientes digitais/virtuais de aprendizagem (ADA/AVA) se tornam importantes para o que ocorra o processo socioeducacional digital, pois promovem a acessibilidade para das Pessoas com Necessidades Especiais (PNEs). Santarosa e Conforto afirmam que:

Ambientes digitais/virtuais de aprendizagem – ADA/AVA – envolvem o uso de softwares ou sistemas de âmbito educativo modelados sob concepções de desenvolvimento e aprendizagem que privilegiam paradigmas educacionais com diferentes referenciais teóricos. Assim, a citação de

ADA/AVA é influenciada por essas concepções, originando em decorrência, ambientes fechados, com enfoque instrucionista, ou ambientes abertos com enfoque construtivista/interacionista, onde o aluno é o agente ativo no processo de construção de seu conhecimento. ADA/AVA com enfoque instrucionista se apóiam em teoria behaviorista; ADA/AVA com enfoque construtivista/interacionista enfatizam o processo interativo e a aprendizagem pela descoberta (2010, p. 32).

Logo, pode-se concluir que através da implantação de uma rede de apoio através das tecnologias que está realmente preocupada em tirar o rótulo de deficiência como incapaz das PNEs e aplicar em atividades que aposte no real processo de desenvolvimento humano a partir de suas diferenças e não estigmatizando somente as suas deficiências como ponto negativo, mas potencializando o que o indivíduo consegue realizar e adaptar com qualidade o que ele não consegue para que tenha acesso a toda tecnologia da atualidade, entra nesse momento "... a Tecnologia Assistiva que tem como característica principal a projeção de um espaço de construção do sujeito com o outro". (Santarosa e Conforto, 2010, p. 33).

CAPÍTULO II

2. HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL NO BRASIL: DESDE A ANTIGUIDADE ATÉ A CONTEMPORANEIDADE

Para compreender melhor a história cultural de pessoas com alguma deficiência no Brasil e a sua evolução, primeiro será necessário reportar-se aos primórdios da história antiga, a partir de acontecimentos passados que ficaram marcados de alguma forma e estudiosos amantes do saber da historiologia humana, buscam desvendar o mistério da vida dos antepassados para poder explicar a cultura desses povos de vários países ao redor do mundo.

Inicia-se com registros da história da deficiência no Egito Antigo, no qual, Aline Maria da Silva de maneira clara, objetiva e de fácil compreensão, de como era a vivência de pessoas com alguma deficiência física e como faziam parte do convívio social e realizavam suas atividades diárias e para isso, ela e Gurgel (2010), apontam que nas descobertas arqueológicas encontradas, os egípcios através de desenhos deixaram registrada, a vida cotidiana de uma pessoa egípcia que apresentava uma deficiência física, que comprova a ocupação da mesma na sociedade através do desenvolvimento de atividades juntamente com os outros indivíduos, totalmente integrada. Como se pode verificar na Imagem 12.



IMAGEM 12 – Placa de calcário representando um homem com deficiência física e sua família fazendo uma oferenda à Deusa Astarte.
Fonte: SILVA, 2010, p. 14

Segundo Aline (2010), nem todos, tinham esse senso de inclusão social aos

especiais como o Egito, pois muitos deles tinham impregnados a cultura do belo e do perfeito e negavam o direito da criança com alguma deficiência de ter uma vida digna, como na Grécia, Esparta e Roma “por serem considerados diferentes”, portanto indignos de viverem com sua família e fazerem parte do cotidiano eram negligenciados e abandonados a própria sorte para morrerem de fome. Silva afirma que:

Na Grécia Antiga, conforme relata Giles, citado por Emmel (2002), havia o ideal do adulto saudável e forte. Segundo o autor Emmel (2002, p.141) “Essa preocupação visava à atuação militar, à defesa da pátria, ao êxito nos jogos, à boa prática das ciências (matemática, astrologia, etc.), à representação estética da beleza e à manutenção da saúde”. Segundo Pessotti (1984), as crianças com deficiências físicas ou mentais nascidas em Esparta eram eliminadas ou abandonadas, já que eram consideradas subumanas. Na Roma Antiga, os bebês do sexo feminino ou com alguma deficiência eram colocados aos pés do pai, para que ele decidisse se a deveria continuar viva ou morrer (2010, p. 15).

Portanto é na Idade Média que toda essa cultura de morte e sofrimento pelos pais às crianças não aceitas pela sociedade por serem diferentes, ou seja, por sua condição especial começa a se modificar. SILVA (2010) *apud* Emmel (2002, p. 141), afirma que a modificação foi devido à implantação da doutrina cristã¹ que pregava que o homem era um ser divino, e que todos igualmente deveriam ser aceitos e amados como tal.

A partir daí, fecha-se um ciclo, mas inicia-se a era das Instituições, que de algum modo, o sofrimento dessas crianças continuam, pois eram fechadas nessas Instituições psiquiátricas e instituições especializadas, do qual, eram esquecidas pela família, mas sobre a benção do cristianismo.

Segundo, Silva (2010, p. 16) *apud* Gugel (2010), é importante ressaltar que a primeira instituição fundada por volta de 1260, em Paris pelo Rei Luís IX, foi para atender aos soldados que voltavam cegos da guerra da Sétima Cruzada², tanto que o nome dado ao hospital é Quinze-Vingt, por se referir aos 300 soldados que ficaram cegos na batalha.

Após o cristianismo da Idade Média, assumir o papel perante as deficiências mudou-se a forma de vê-los pela sociedade, segundo Silva (2010, p. 16), *apud* Pessoti (1984, p.6) a igreja para doutrinar seus seguidores colocava toda a culpa

1 Conjunto de princípios ou de dogmas de uma religião.

2 A sétima cruzada teve como objetivo alcançar o Egito. Ricardo de Cornualha e Teodoro IV de Champanhe liderava uma expedição militar cristã, com poucos homens e poucos recursos. Foram para a Terra Santa, para reforçar a presença cristã nos lugares santos. Em 1244, o Papa Inocêncio IV abriu o Concílio de Lyon, o rei da França Luís IX, se ofereceu para ajudar os cristãos do Levante.

aos que nasciam deficientes, como se Deus (considerado na época como impiedoso) castigasse os seus discípulos que não levassem a sério a religião que cometessem heresia atribuída ao pecado contra a doutrina pregada pela cristandade na época medieval.

Em que, os que cometiam esse pecado, os filhos nasceriam deficientes ou dominados pelo demônio, e os religiosos tinham por responsabilidade, ajudar esses indivíduos através da prática do exorcismo e da flagelação aos condenados.

E, muitas vezes, exigiam para que os familiares internassem seus entes queridos nos asilos e conventos mantidos pelos mesmos religiosos, para receberem o alimento e cuidados para não serem vistos pelo restante da comunidade, ou seja, eram condenados ao esquecimento. Pode-se concluir com a afirmação de Silva:

No entanto, Pessoti (1984) destaca que, se, por um lado, com o cristianismo a pessoa com deficiência deixou de ser abandonada e passou a receber abrigo e alimentação nos asilos e conventos, por outro, exigências éticas e religiosas passaram a ser cobradas desses indivíduos. Dessa forma, as pessoas com deficiência passaram a ser culpadas pela própria deficiência, que era entendida, na época medieval, como um castigo de Deus pelos pecados cometidos. Segundo Pessoti (1984, p.6) “Muitos chegaram a admitir que o deficiente seja possuído pelo demônio, o que torna aconselhável o exorcismo com flagelações para expulsá-lo (2010, p. 16).

A História da Educação Especial se revolucionou no mundo todo, segundo SILVA (2010) *apud* MENDES (2006a, p.387), a partir do século XVI com a astúcia de alguns médicos e pedagogos que através de pesquisas descobriram que os especiais eram indivíduos que tinham capacidade de aprender e resolveram inovar tornando-se os precursores no ato de ensinar seus pupilos, e um desses que foi reconhecido como exemplo de precursor é o monge espanhol beneditino Pedro Ponce de León (1520 1584).

E Silva (2010, p. 17) *apud* Moura (2000), afirma sendo o Ponce de León, como primeiro educador de surdo da história, pois ele era quem ensinava os filhos surdos dos nobres da época. E Silva (2010, p.17), cita na área mental, o primeiro livro publicado “*Cerebri anatomi*”, em 1664 , em que se explica cientificamente como acontece às falhas cerebrais que prejudicam o funcionamento do cérebro que provoca a deficiência mental, por Tomas Willis.

E segundo, Silva (2010), *apud* Pessoti (1984, p. 21) após quase 30 anos, em 1690, houve uma verdadeira evolução sobre a mente humana e que vai abalar toda a doutrina cristã que imperava na época, com a publicação da obra “*An essay conserning human understanding*”, de John Locke. E a partir daí, não parou mais os

estudos e as descobertas em relação à Educação Especial.

Já no Brasil, a explosão inicial sobre a Educação Especial aconteceu, segundo Silva (2010, p.21) *apud* Sandroni, (1999), entre o final do século XVIII e início do século XIX, e o que mais influenciou foi à revolução liberalista³ que estava acontecendo na Europa nos períodos do século XVII e XVIII, que tinha como principal ideologia, não só um sonho, mas um conjunto de ideais embutidos em uma só palavra a liberdade, ou seja, não era uma simples liberdade, mas a de todos os indivíduos, nos campos, econômico, político, religioso e intelectual.

E a instituição que deixou seu marco histórico em nosso país de acordo com Silva (2010, p. 21) *apud* Jannuzzi (2004), foi a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo em 1717, que tendo se espelhado nas formas tradicionais européias que cuidavam de pessoas doentes e pobres e ela após essa data começou atender e acolher as crianças abandonadas até a idade de sete anos.

E conforme Silva (2010) *apud* Moraes (2000, p.73), em 1825, o presidente da Província, Lucas A. M.de Barros, Barão de Congonhas do Campo, resolveu criar no pavimento térreo da Santa Casa, a famosa Casa da Roda ou Casa dos Expostos. E mesmo as pessoas deficientes tendo o direito a educação prevista na primeira Constituição do Brasil, em 1824, mas foi só a partir de 1857 é que alguns brasileiros influenciados pelos europeus iniciaram o atendimento das pessoas com deficiências sensoriais, mentais e físicas SILVA (2010, p. 24) *apud* Mazzotta (2005, P. 29).

E a partir dessas conquistas, outras vieram se interpondo ajudando no desenvolvimento da mentalidade da população sobre a educação especial, como institutos para os cegos, surdos, deficientes físicos dentre outros.

E na atualidade, houve um avanço significativo em relação à Educação Especial, principalmente, com relação à Educação Inclusiva, que já está sendo implantada em nosso país, e segundo a Secretaria de Educação Especial de nosso município, a cidade de Ponta Grossa⁴, é modelo, pois, está sendo considerada a única em inclusão total no momento, em relação aos outros estados, pois já estão

3 (1820) Iniciadas na França, as Revoluções liberais alastraram-se pela Europa: a Bélgica se libertou da Holanda e houve tentativas (fracassadas) de unificação da Alemanha e da Itália e de libertação da Polônia. O movimento teve também posteriores repercussões em Portugal e Espanha. No Brasil, no dia 7 de Abril de 1831, um forte movimento de oposição popular levou o Imperador Dom Pedro I à abdicação. Em 1829, a Grécia já se libertara da dominação turca.

4 Localizada no Segundo Planalto Paranaense, na região dos Campos Gerais, Ponta Grossa com somente 188 anos e distante 114 km da capital, destaca-se no cenário turístico do sul do Brasil, devido à sua posição geográfica pela facilidade de acesso a todas as regiões do Estado. Área total do município (km²): 2.112,6 (km²).

matriculados quase que cem por cento dos alunos especiais na escola regular comum e em contra turno no AEE.

Portanto, nosso município vem demonstrando estar realmente preocupado em construir e aplicar um currículo voltado à alteridade, diversidade e a diferença na contemporaneidade.

2.1. DIAGNÓSTICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL AO OLHAR DAS TECNOLOGIAS, A PARTIR DE 2004

Pensando em descobrir, como está acontecendo à prática da Educação Especial em âmbito mais amplo, sem ser reduzido em alguns estados, foi realizado um Censo Escolar para esse fim, no qual, mostra que as Tecnologias estão revolucionando a Educação Especial, pois de acordo com o Ministério de Educação Especial, foi a partir de 2004, que se inovou uma nova forma de instrumento tecnológico, em que, passa a registrar a série ou ciclo escolar dos (as) alunos (as) já no campo de Educação Especial, para que o Censo pudesse monitorar com mais eficácia e com mais rapidez, todo o percurso escolar desses (as) alunos (as).

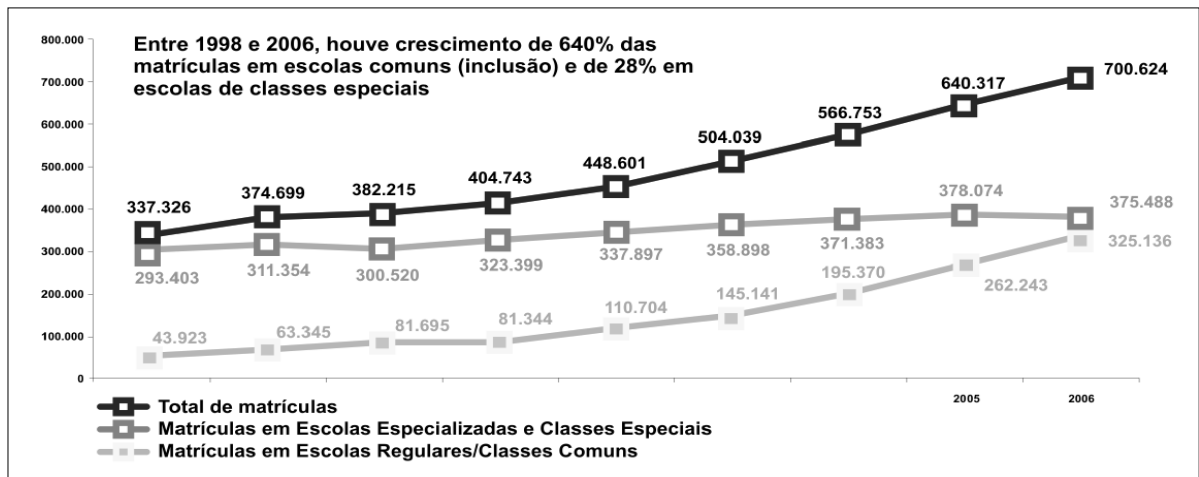
O formulário do Censo Escolar MEC/INEP (2007), antes impresso foi transformado em um sistema de arrecadação de informações “*on-line*”, que ficou conhecido como Censo *Web*, que torna mais ágil o processo permitindo que os dados das crianças sejam atualizados dentro do mesmo ano em que estão matriculados, bem como, tendo acesso individualizado de todos os passos dos (as) alunos (as), das turmas, dos (as) professores (as) e da escola.

Tendo uma evolução nos dados de matrículas da Educação Especial nesses últimos anos, devem-se observar os dados elencados de acordo com o Censo Escolar, de 337, 326 em 1998 para 700.624 em 2006, sendo um crescimento bem elevado que é de 107%.

Tornando-se assim, uma valoração muito importante na educação, principalmente na área de educação especial, que era muito esquecida até o momento.

Comparando com os (as) alunos (as) do ensino regular, das classes comuns houve um aumento de 640%, sendo assim, um aumento muito significativo, pois passou de 43.923 alunos (as) em 1998, para nada mais nada menos que 325.316 em 2006. Sendo comprovado um desenvolvimento muito grande e, um enorme investimento educacional, como se pode comprovar com o gráfico que ilustra o

diagnóstico real sobre Educação Especial:



Fonte – SILVA, 2010, p. 17

No segundo gráfico situado abaixo, podemos observar que a distribuição das matrículas da Educação Especial é no âmbito das esferas públicas e privadas, no qual em 1998 são registradas 179.364(53,2%) na escola pública e 157.962(46,8%) na escola privada. Notou-se um crescimento de 146% nas escolas públicas, sendo em 2006, 441.155(63%).

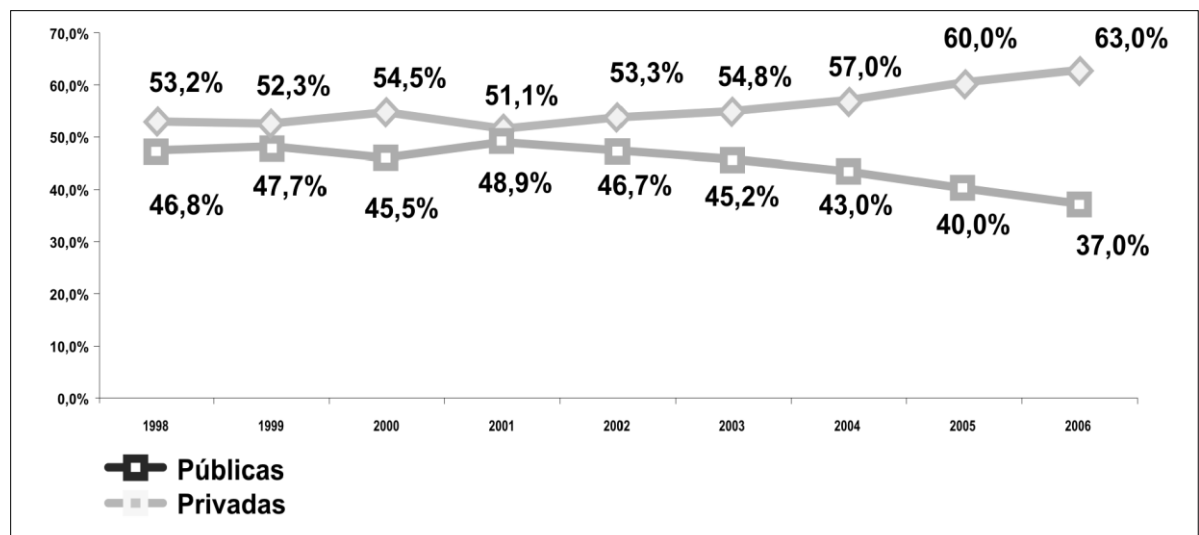


GRÁFICO 2 - Distribuição das matrículas da Educação Especial no Brasil.

Fonte – AUTOR, 2010 p. 18.

E de acordo com as etapas de ensino, o Censo da Educação Especial em 2006 (BRASIL, 2010, p. 18) se apresenta em: Educação Infantil: 112.988(16%) de aluno (a)s;

- Ensino Fundamental: 466.155(66,5%) de aluno (a)s;

- Ensino Médio: 14.150(2%) de aluno (a)s;
- Educação de Jovens e Adultos: 58.420(8,3%) de aluno (a)s;
- Educação Profissional: 48.911(6,3%) de aluno (a)s;

E entre 2003 e 2005:

- Educação Superior: de 5.078 para 11.999 alunos (a)s, (136%);

Se analisarmos bem, já foi um avanço significativo com relação à Educação Especial, com relação aos municípios foi de 81% (BRASIL, 2010, p. 18) que:

- Em 1998 registra 2.738 municípios (49,7%);
- Em 2006 registra 4.953 municípios (89%);

O Censo com relação às escolas com o aumento dos números de matrículas foi de 730%, como vemos em, (BRASIL, 2010, p. 18):

- Em 1998 registra 6.557 escolas;
- Em 2006 registra 54.412 escolas; sendo 2.724 escolas especiais, 4.325 são escolas comuns com classe especial e 50.259 são escolas de ensino regular com matrículas nas turmas comuns.

O Censo com relação à acessibilidade arquitetônica em prédios escolares (BRASIL, 2010, p. 18) aponta que:

- Em 1998, 6.557 estabelecimentos de ensino que possuíam sanitários com Acessibilidade (14%);
- Em 2006, 54.412 estabelecimentos de ensino, 23% possuíam sanitários com acessibilidade e 16,3% registraram ter dependências e vias adequadas (dado não coletado 1998).
- Em 2006, no âmbito geral das escolas de educação básica, o índice de acessibilidade dos prédios é de apenas 12%, índice ainda considerado baixo.

O Censo com relação à formação de professores que atuam na educação especial, (BRASIL, 2010, p. 19) afirma que:

Em 1998:

- Professores com ensino fundamental, 3,2%;
- Professores com ensino médio, 51%;
- Professores com ensino superior, 45,7%;

Em 2006, dos 54.625 professores:

- Professores com ensino fundamental, 0,62%;
- Professores com ensino médio, 24%;
- Professores com ensino superior, 75%;

- Professores com curso específico nessa área de conhecimento, 77,8%;

Pode-se observar de acordo com o censo, que, mesmo tendo um avanço significativo, o nosso país ainda está gatinhando com relação à Educação Especial, pois tem que ser investido muito mais nessa área, para que se possa ter um desenvolvimento educacional satisfatório, principalmente, no que diz respeito à formação que deve ser direcionada e com qualidade de todos os profissionais de educação de âmbito geral, ou seja, desde o ensino fundamental até o ensino superior.

2.2. ESCOLA INCLUSIVA CONTEMPORÂNEA DOS DIFERENTES OU DAS DIFERENÇAS?

A escola na atualidade está quebrando a simbologia de ser simplesmente um signo com uma só significação e se tornando uma palavra com um significado mais abrangente. Também saiu do paradigma “estabelecimento” de ensino que tinha por objetivo educação igual para todos, do qual, o currículo era padronizado aplicado igualmente para todos e que todos deveriam ter a obrigação de aprender igualmente, em que os (as) profissionais de educação não tinham a preocupação de ter um olhar especial voltados para o (a) aluno (a) fora do padrão, ou seja, que apresentasse alguma deficiência e quando algum (a) apresentasse uma dificuldade no aprendizado, já era automaticamente excluído do grupo, pelo (a) professor (a) e até mesmo pelos próprios colegas. Segundo, Ropoli:

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam suas idéias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças. Nas escolas inclusivas, ninguém se conforma a padrões que identificam os alunos como especiais e normais, comuns. Todos se igualam pelas suas diferenças! A inclusão escolar impõe uma escola em que todos os alunos estão inseridos sem quaisquer condições pelas quais possam ser limitados em seu direito de participar ativamente do processo escolar, segundo suas capacidades, e sem que nenhuma delas possa ser motivo para uma diferenciação que os exclua das suas turmas (2010 p. 8-9).

E, atualmente, ainda existem alguns conflitos com os (as) profissionais de educação em distinguir a diferença entre a escola ideal que é a escola comum inclusiva que toda a equipe pedagógica trabalha com as diferenças de forma responsável, respeitando o limite de cada criança e pensando no seu bem-estar, realizando adaptações ao currículo e aos materiais pedagógicos, investindo na formação de professores (as) pesquisadores (as) AEE.

Com isso, modificando a estrutura pessoal e profissional, tudo em prol da autonomia e do aprendizado do (a) aluno (a) PNEs, pois para eles (elas) é muito mais fácil aplicar o que já está mais fácil como a Escola dos diferentes que somente inclui aparentemente, sem dar esse suporte que faz a diferença. E com isso, vai ocorrendo à exclusão escolar, e segundo Mantoan:

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno, diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização é massificação de ensino, e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam, até então, dentro dela (2003, p. 12).

São de forma clara e objetiva as afirmações de Mantoan, em seu artigo, sobre a forma em que os profissionais de educação se escoram criando uma redoma em torno de si para tentar retardar e até mesmo bloquear essa nova conquista das PNEs para que ocorra a Inclusão real. As hipóteses da Dr^a. sobre essa questão são:

Por que os professores reagem, inicialmente à formação em serviço, aos meus moldes de trabalho? Tenho algumas hipóteses:

- por terem internalizado o papel de praticantes, eles esperam que os formadores lhes ensinem a trabalhar, na prática, com turmas de alunos heterogêneas, a partir de aulas, manuais, regras, transmitidas e conduzidas por formadores, do mesmo modo como ensinam, nas salas de aula;
- acreditam que os conhecimentos que lhes faltam para ensinar alunos com deficiência ou dificuldade de aprender referem-se primordialmente à conceituação, etiologia, prognósticos das deficiências/problemas de aprendizagem e que precisam conhecer e saber aplicar métodos e técnicas específicas para a aprendizagem escolar desses alunos se tiver de “aceitá-los” em suas salas de aula;
- querem obter, o mais rápido possível, conhecimentos que resolvam problemas pontuais a partir de regras gerais (2003, p. 47).

Ainda podem-se fazer mais umas colocações, como por exemplo: alguns profissionais ainda estão com o conceito de aprendizagem da escola tradicional, em que os (as) alunos (as) são como tijolos a serem moldados e que todos estão com a massa no mesmo ponto a ser moldado, com a mesma cor e textura, e também, mesma quantidade de produtos químicos interiorizados dentro dele (a).

Nesse conceito tradicional, o (a) professor (a) somente lê e segue corretamente a receita das suas avós e, aplica sobre estes tijolinhos que todos ficarão no ponto de maturação ao mesmo tempo e com a mesma consistência, sem

precisar buscar novas fórmulas e, até mesmo, inventar novas formas.

Pois para os (as) alunos (as) dessa nova concepção inclusiva, os (as) professores (as) não têm nenhuma receita pedagógica pronta, é preciso estudar caso a caso, para que se descubra qual é o seu potencial, e não as suas dificuldades.

E isso assusta, pois muitas vezes, o (a) professor (a) que estava estigmatizado (a) com a sua profissão “eu sou professor (a) eu só ensino a matéria”, se depara com uma realidade totalmente diferente, do qual, tem que descer do pedestal e, ser primeiro um ser humano que resgata outro ser humano em sua autoestima em primeiro lugar, para depois pensar em conteúdo, e não em qualquer conteúdo e sim um conteúdo adaptável, não um conteúdo seco e simples, que é só pegar da *internet* ou dos livros pedagógicos prontos.

E para realizar pesquisas, lhe toma tempo, e muitos não têm gosto para isto, e nem procuram se estruturar. Pois é muito mais fácil, pegar seu caderno de planejamento do ano anterior, ou dos anos anteriores.

Mas, também há alguns casos, em que alguns profissionais estão enfrentando a super lotação nas salas de aula, e isso ajuda a prejudicar a autoestima do (a) professor (a) que já não está preparado (a) psicologicamente para enfrentar uma classe não homogênea, pois dependendo do (a) aluno (a) PNEs necessita de um acompanhamento mais voltado para ele (a), e se depara com uma realidade de uma classe com 35 a 37 alunos (as) e mais a PNEs.

São vários fatores que ainda contribuem para que ocorra a demora na inclusão e da Educação Especial real no ensino regular, mas devemos não só pensar e refletir, mas também agir de forma democrática para contribuirmos positivamente para que essa realidade aconteça totalmente em nosso país.

CAPÍTULO III

3. ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE?

O Atendimento Educacional Especializado – AEE de acordo com o Projeto de formação continuada à distância de professores das salas multifuncionais dos municípios-pólos do “PROGRAMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA: DIREITO À DIVERSIDADE”, é o que dá o suplemento, ou seja, dá a mais do que o complemento na formação desses (as) alunos (as) PNEs e não mais a substituição do ensino regular, como era feito anteriormente através dos órgãos não-governamentais.

Antes quando eles (as) por terem algumas necessidades especiais não frequentavam o ensino regular e só participavam dos órgãos não governamentais como Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Associação de Pais e Amigos dos Deficientes Visuais (APADEVI), a União dos Deficientes Visuais de Ponta Grossa e dos Campos Gerais (UNIDEVI), a Associação Pontagrossense Assistência À Criança Deficiente (APACD), Centro Pontagrossense de Reabilitação Auditiva e da Fala (CEPRAF), no qual, por mais que apresentassem um ótimo atendimento, ainda os excluía do convívio educacional do ensino regular, pois esses órgãos trabalham somente com uma parte do currículo, não em sua totalidade como a escola regular. Assim, não podem emitir a certificação de escolaridade que é de direito do educando.

E o (a) professor (a) pesquisador (a) do AEE, tem por objetivo, estudar a causa do problema do (a) aluno (a) em contra-torno do regular, pois muitas vezes, descobre-se que não é a própria deficiência do (a) referido (a) que o (a) prejudica no processo do ensino-aprendizagem e, sim, vários outros fatores externos a sua limitação que contribuem para o processo não aquisitivo da aprendizagem.

E é somente após a descoberta do problema real que se estrutura o plano de intervenção individual, percebendo as suas potencialidades para depois trabalhar as necessidades desse (a) aluno (a) de modo a dar o suporte para que o mesmo (a) consiga ter acesso ao aprendizado.

Para que ele (a) seja autor (a) do seu próprio conhecimento e principalmente consiga alcançar sua própria autonomia dentro do convívio educacional regular. Nesse sentido, se um (a) aluno (a) necessita de um adaptador de lápis para que possa escrever corretamente, é o professor do AEE que vai pesquisar qual é o

melhor para esse (a) aluno (a) e se não conseguir um pronto, deverá adaptar um para o (a) mesmo (a), tenha a mesma oportunidade que os demais em realizar as atividades.

As funções do professor do AEE, não é seguir um método fixo, é muito mais amplo, pois tem que estar pronto para o diálogo com todas as equipes pedagógicas das escolas regulares de origem do (a) aluno (a) PNEs, para conseguir reunir o maior número possível de informações para poder reverter em ponto positivo a seu favor, na descoberta do verdadeiro problema o (a) seu (sua) aluno (a).

Segundo, Ropoli (2010), são abertas à articulação com as atividades desenvolvidas por professores, coordenadores pedagógicos, supervisores e gestores das escolas comuns, tendo em vista o benefício dos alunos e a melhoria da qualidade de ensino. De acordo com a autora, para que ocorra essa melhoria devem-se seguir alguns eixos:

São eixos privilegiados de articulação:

- a elaboração conjunta de planos de trabalho durante a construção do Projeto Pedagógico, em que a Educação Especial não é um tópico à parte da programação escolar;
- o estudo e a identificação do problema pelo qual um aluno é encaminhado à Educação Especial;
- a discussão dos planos de AEE com todos os membros da equipe escolar;
- o desenvolvimento em parceria de recursos e materiais didáticos para o atendimento do aluno em sala de aula e o acompanhamento conjunto da utilização dos recursos e do progresso do aluno no processo de aprendizagem;
- a formação continuada dos professores e demais membros da equipe escolar, entremeando tópicos do ensino especial e comum, como condição da melhoria do atendimento aos alunos em geral e do conhecimento mais detalhado de alguns alunos em especial, por meio do questionamento das diferenças e do que pode promover a exclusão escolar (ROPOLI, 2010, p. 19).

Também reorganizar de forma prática as atividades curriculares e torná-las concretas para melhor aquisição do conhecimento. Pois existe a falta de compreensão por parte de algumas entidades não-governamentais por não quererem unir-se ao governo para continuar o trabalho da mesma forma em que vinham desempenhando. Pois, o seu tipo diferenciado de atendimento, como por exemplo, fonoaudiólogos, médicos neuropediatras, psicoterapeutas, fisioterapeutas, entre outros.

Portanto, todos têm o direito de ser um cidadão e de fazer parte da sociedade e, principalmente, os (as) alunos (as) PNEs de não estarem à parte, ou, à margem em seu mundo exclusivo de deficientes.

Pois todas as pessoas em algum momento são “deficientes” em alguma coisa, ninguém é perfeito em todas as áreas do conhecimento, seja cognitivo ou físico e nem por isso, vivem excluídos, ou devem viver na exclusão e, é com essa mentalidade que todos devem se amparar para alcançarem seus ideais para se tornarem cidadãos dignos.

Conforme a Lei nº. 9.394, sobre Educação Especial que está contida na Constituição Brasileira (ANEXO I), o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é imprescindível para que se complete a inclusão total prevista na Lei, pois é a partir das articulações realizadas pelo (a) profissional AEE em conjunto com parcerias com todas as outras partes interessadas como: família, equipe pedagógica, médicos, fisioterapeutas, equoterapeutas, psicólogos, arquitetos, dentre outros, em ajudar o (a) aluno (a) a ter acesso apropriado para alcançar sua autonomia em relação ao ensino-aprendizagem.



IMAGEM 13 - Mostra uma sala de recursos multifuncional e a professora ensinando Língua Portuguesa escrita para crianças com surdez
Fonte – BRASÍLIA, 2010, p. 23



IMAGEM 14 – Mostra uma atividade para criança com paralisia cerebral
Fonte – BRASÍLIA, 2010, p. 25



IMAGEM 15 - Atividades individuais para criança surda
Fonte – BRASÍLIA, 2010, p. 26



IMAGEM 16 - Atividade para criança surdo cegueira
Fonte – BRASÍLIA, 2010, p. 18

3.1. A IMPORTÂNCIA DAS INTERPRETAÇÕES PEDAGÓGICAS SOBRE OS DOCUMENTOS DE ÂMBITO INTERNACIONAL QUE NORTEARAM A ORIENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA CONSTRUÇÃO DE SISTEMAS INCLUSIVOS NO BRASIL.

Ao se pensar em Educação Especial para ser revelado nos currículos de todo o país, não é uma tarefa muito fácil de ser elaborada, pois vai mexer com as políticas públicas desde o âmbito municipal, estadual até chegar à esfera federal. Portanto, pode-se compreender o conceito de um currículo e formação humana a partir de princípios em que ele se norteia. Segundo PLATT(2009):

Quanto ao conceito de “Currículo”:

Quanto se fala em currículo, na verdade faz-se referência ao volume de possibilidades formativas que estão disponíveis, material e culturalmente aos indivíduos. A construção deste conceito de currículo nasce da análise de que independente do processo de escolarização (que é uma prática institucional relativamente recente), os indivíduos se formam e se desenvolvem. Caso contrário, a humanidade não teria condições de perpetuar para as gerações subseqüentes, o acúmulo objetivo e subjetivo elaborado a partir de suas práticas sociais. Surge daí, conceitualmente, a concepção de que existe um “currículo” além dos muros da instituição escolar.

Quanto ao conceito de “Objeto de estudo das áreas do conhecimento”:

Compreender o objeto de estudo das diferenças áreas de conhecimento escolar é o elemento que nos permite o debate e o trânsito de uma nova base epistêmica para o estudo do currículo escolar. Com esse ânimo nos propomos ao estudo da ressignificação dos conteúdos, os objetivos e as práticas pedagógicas em atividade no cotidiano das escolas, centrados no eixo de um pleno desenvolvimento humano. É importante assinalar, entretanto, que entendemos os próprios campos de saberes como apropriações que não são exclusivas aos espaços que fomentam estudos qualificados enquanto científicos e nem de instituições escolares, em seu sentido ampliado (2009, p. 69).

Pois, para que um currículo seja bem elaborado e servir de norte, é necessário prestar atenção as principais características que fundamentam os eixos e, que vão ajudar no desenvolvimento do ser humano, dar subsídios para resgatar a sua historicidade e abrir uma variedade de opções, para a ampliação do seu conhecimento de mundo, por isso, não pode ser pensado somente por um ponto de vista.

E como se este trabalho aborda as tecnologias virtuais não se deve deixar de explanar a tendência de currículo tecnicista e PLATT (2009) soube conceituar muito bem a importância do Currículo Tecnológico:

Sob a perspectiva tecnológica, ainda segundo McNeil (2001), a educação consiste na transmissão de conhecimentos, comportamentos éticos, práticas sociais e habilidades que propiciem o controle social. Sendo assim, o currículo tecnológico tem sua base sólida na tendência tecnicista. O comportamento e o aprendizado são moldados pelo externo, ou seja, ao professor, detentor do conhecimento, cabe planejar, programar e controlar o processo educativo; ao aluno, agente passivo, compete absorver a eficiência técnica, atingindo os objetivos propostos. O currículo tecnológico, concebido fundamentalmente no método, tem como função a identificação de meios eficientes, programas e materiais com a finalidade de alcançar resultados pré-determinados. É expresso de varias formas: levantamento de necessidades, plano escolar sob o enfoque sistêmico, instrução programada, sequenciais instrucionais, ensino prescritivo individualmente e avaliação por desempenho. O desenvolvimento do sistema ensino-aprendizagem, segundo hierarquia de tarefas, constitui o eixo central do planejamento do ensino proposto em termos de uma linguagem objetiva, esquematizada e concisa (2009, p. 126).

De acordo com o conceito de currículo tecnológico, PLATT (2009) coloca o (a) aluno (a) como agente passivo e o (a) professor (a) como detentor do conhecimento, esta concepção é um pouco equivocada, pois é como voltar para o antigo método tradicional da escola regular, em que se tinha o conceito de que o (a) aluno (a) entrava na escola sem conhecimento algum e, cabia ao (a) professor (a) detentor (a) de o conhecimento ensiná-lo (a).

Sendo que, atualmente, baseado na educação a partir das tecnologias Assistivas, em que se preocupa não só com o bem estar do (a) aluno (a), mas também em ampliar seu conhecimento, pois respeita o que ele (a) já trás de bagagem de conhecimento de mundo, e cabe ao (a) professor (a) ser mediador (a) para que ele (a) desenvolva suas habilidades e descubra qual é a sua própria forma de aprender, não ficando restrito somente a um ou dois livros didáticos, aí sim, restringindo e sistematizando o ensino-aprendizagem do (a) educando (a).

E a constante explosão de acontecimentos voltada para o desenvolvimento global na área tecnológica, faz tornar-se necessário a constante atualização dos (as) profissionais de educação para que não ocorra a defasagem no planejamento do ensino-aprendizagem na forma das tecnologias virtuais.

Por isso, cada uma das legislações voltadas à educação não deve caminhar totalmente sozinha, pois uma complementa a outra, para que o nosso país possa avançar. E essas políticas também devem ser pensadas em um nível que extrapolem também o pensamento interno do país, portanto, o Brasil que não caminha totalmente sozinho, necessita, de ser norteado juntamente com os outros países, para chegarem num conceito mais próximo possível de educação inclusiva em nível Mundial.

Para isso, o Ministério de Educação e a Secretaria de Educação Especial, em BRASÍLIA (2006, p.14), afirma que o Brasil por ser um país membro da Organização das Nações Unidas (ONU), procurou elaborar suas Políticas Públicas Internas, a partir dos Documentos norteadores produzidos pela Assembléia Geral dessa Organização Mundial para seus países membros.

Uma das primeiras Políticas Públicas Internas que revolucionou os conceitos em favor das PNEs, foi a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948, p. 02), em que deu o primeiro passo na questão educacional, mais precisamente no artigo 26º, item 1, afirma que "toda a pessoa tem direito à educação.

A educação deve ser gratuita, pelo menos a correspondente ao ensino elementar fundamental. O ensino elementar é obrigatório. "O ensino técnico e profissional deve ser generalizado...". E no item 2, completa a afirmação, em que a "educação deve visar à plena expansão da personalidade humana e ao reforço dos direitos do Homem e das liberdades fundamentais e deve favorecer a compreensão, a tolerância e a amizade entre todas as nações e todos os grupos raciais ou religiosos...".

E em março de 1990, nosso país que vinha demonstrando sua preocupação em continuar suas pesquisas para melhorar suas políticas em prol da educação, participou nessa data que se tornou um marco importante, por acontecer na Tailândia, da Conferência Mundial sobre Educação para Todos, que ficou conhecida como a Declaração de Jomtien, na qual, os países participantes inclusive o Brasil, reafirmaram sobre a importância da alfabetização total do país, ou seja, a erradicação do analfabetismo, a partir desta afirmação: "a educação é um direito

fundamental de todos, mulheres, homens, de todas as idades, no mundo inteiro". Jomtien (1990).

Quatro anos depois, foi à vez da Declaração de Salamanca (1994) considerada um marco para as conquistas educacionais das PNEs, realizado pela UNESCO na Espanha, em que, a principal discussão foi o campo educacional voltado aos alunos com necessidades educacionais especiais.

Nela, os países participantes, dos quais o Brasil faz parte, declararam que:

Todas as crianças, de ambos os sexos, têm direito fundamental à educação e que a elas deve ser dada a oportunidade de obter e manter um nível aceitável de conhecimentos; Cada criança tem características, interesses, capacidades e necessidades de aprendizagem que lhe são próprios; Os sistemas educativos devem ser projetados e os programas aplicados de modo que tenha em vista toda a gama dessas diferentes características e necessidades; As pessoas com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas comuns, que deverão integrá-las numa pedagogia centralizada na criança, capaz de atender a essas necessidades; As escolas comuns, com essa orientação integradora, representam o meio mais eficaz de combater atitudes discriminatórias, de criar comunidades acolhedoras, construir uma sociedade integradora e dar educação para todos (Brasília, 2006, p.15-16).

A partir dessa data, o Brasil começou a tentar realizar a sua meta em alcançar todos os objetivos propostos nessa Declaração, que visam à transformação dos sistemas de educação em sistemas educacionais inclusivos.

Porém, os documentos ainda precisavam de ajustes e de reformulações, por isso, os países membros resolveram realizar uma Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as PNEs, que foi realizada na Guatemala em 1999, que ficou conhecida como, Convenção da Guatemala, na qual, abordou o conceito de deficiência, que "significa uma restrição física, mental ou sensorial, de natureza permanente ou transitória, que limita a capacidade de exercer uma ou mais atividades essenciais da vida diária causada ou agravada pelo ambiente econômico e social". GUATEMALA (1999). BRASÍLIA (2006, p.17-18).

Também resolveu abordar, sobre um assunto considerado polêmico, o termo discriminação contra as PNEs que "significa toda a diferenciação, exclusão ou restrição baseada em deficiência (...) que tenham efeito ou propósito de impedir ou anular o reconhecimento, gozo ou exercício por parte das pessoas portadoras de deficiência de seus direitos humanos e suas liberdades fundamentais". GUATEMALA (1999). BRASÍLIA (2006, p.17-18).

E para que não haja confusão do que é ou não é discriminação, também

resolveram definir o que não constitui discriminação que é "a diferenciação ou preferência adotada pelo Estado Parte para promover a integração social ou desenvolvimento pessoal dos portadores de deficiência desde que a diferenciação ou preferência não limite em si mesmo o direito a igualdade dessas pessoas e que elas não sejam obrigadas a aceitar tal diferenciação". GUATEMALA (1999). BRASÍLIA (2006, p.17-18).

Com base em todas essas orientações, em 08 de outubro de 2001, o Brasil através do Decreto 3.956, promulgou a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.

E o nosso país resolveu por em prática os direitos das PNEs, e a partir daí, a sociedade brasileira tem elaborado dispositivos legais que, tanto explicam como também expõe ao público, a sua opção política pela construção de uma sociedade mais dinâmica e voltada para todos, como orientam as políticas públicas e sua prática social, com qualidade e sem discriminação.

E a partir da Resolução CNE/CEB nº 02/2001, instituiu as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (DCEEs), na Educação Básica, que manifesta o compromisso do nosso país com "o desafio de construir coletivamente as condições para atender bem à diversidade de seus alunos". DCEEs (2006, p. 9).

Esta Resolução representa um avanço na perspectiva da universalização do ensino e um marco da atenção à diversidade, na educação brasileira, quando ratifica a obrigatoriedade da matrícula de todos os alunos e assim declara: Os sistemas de ensino devem matricular todos os (as) alunos (as), cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos (às) educandos (as) com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade sejam para todos.

Dessa forma, não é o (a) aluno (a) que tem que se adaptar à escola, mas é ela que de acordo com as Diretrizes, deve estar consciente da sua função social e colocar-se à disposição do aluno, tornando-se um espaço inclusivo especial.

Pois, a educação especial é formulada para possibilitar que as Pessoas com Necessidades Educacionais Especiais PNEEs, atinjam os objetivos propostos para a sua educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Baseado em pesquisas relatadas neste texto é possível concluir que os (as) alunos (as) Especiais em seu processo no ensino-aprendizagem precisam ser valorizados na sua autonomia, em seus saberes e que tenham reconhecidos e aplicados os seus direitos, esta ainda é uma questão que está longe de ser consolidada em todas as escolas, mas nesses últimos anos já houve um avanço significativo.

Portanto, se os (as) Educadores (as) desistirem nos primeiros obstáculos, ficando presos a uma só linha de pesquisa e pensamento, sem procurarem se alfabetizar nas Tecnologias Virtuais, dentre outras formas pedagógicas, para aproximar a nova realidade inclusiva sociodigital. Já ao que rege as Diretrizes Curriculares da Educação Especial – DCEs e também os PCNs, no qual, os (as) professores (as) devem estar sempre dispostos a quebrar paradigmas e colocar em prática as teorias estudadas para a construção de currículos inclusivos que condizem com a necessidade real de nossas crianças, só assim será revertido esse processo, ainda considerado negativo, e isso pode ser difícil, mas não impossível.

Pois cada aluno (a) é um (a) aluno (a), ou seja, cada um tem uma identidade própria e uma forma específica no aprender e quando “ele (a)” entender que faz parte do mundo da diversidade, reconhecer e valorizar as suas características específicas para poder superá-las.

Como a tradutora Tatiana Belinky explica de forma fácil em seu poema publicado pelo Quinteto Editorial no livro DIVERSIDADE (1999) em forma de poema ilustrado especialmente para trabalhar com crianças.

DIVERSIDADE

Um é feioso	Outro é forçudo	Dente de leite
Outro é bonito	Um é gaiato	Dente de siso
Um é certinho	Outro é sisudo	Um é menino
Outro, esquisito	Um carrancudo	Outro é menina
Um é magrelo	Outro tristonho	(pode ser grande
Outro é gordinho	Um divertido	Ou pequenina)
Um é castanho	Outro enfadonho	Um é bem jovem
Outro é ruivinho	Um é enfezado	Outro, de idade
Um é tranqüilo	Outro é pacato	Nada é defeito nem
Outro é nervoso	Um é briguento	qualidade
Um é birrento	Outro é cordato	Tudo é humano,
Outro é dengoso	De pele clara	Bem diferente
Um é ligeiro	De pele escura	Assim, assado
Outro é mais lento	Um, fala branda	Todos são gente

Um é branquelo Outro é sardento Um preguiçoso Outro, animado Um é falante Outro é calado Um é molenga	Outro, fala dura Olho redondo Olho puxado Nariz pontudo Ou arrebitado Cabelo crespo Cabelo liso	Cada um na sua E não faz mal Di – ver – si – da – de É que é legal! Vamos e venhamos Isto é um fato: Tudo igualzinho Ai, que chato!
---	---	--

E depende dos (as) profissionais da educação, em descobrir o fio de Ariadne⁵ de cada um dos (as) alunos (as), pois se souber aplicar de forma diferenciada e com responsabilidade Ensino – Aprendizagem, de forma concreta ou a partir Tecnologias Virtuais, observarmos através da aplicação, a qual se adapta melhor a cada um, para que ele (a)s encontrem as suas diferentes Identidades e sejam cidadãos felizes, realizados superando as suas limitações.

Para que se realize de forma concisa, deve-se compreender melhor, como acontece o desenvolvimento cognitivo através das principais teorias estudadas por Usha Goswami. Sobre, a do desenvolvimento lógico Piaget que é a mais abrangente e que teve a formação inicial biológica, para ele a construção do conhecimento da criança era de acordo com as suas experiências ativas com o mundo externo.

E a de Vygotsky era mais cultural, tendo o adulto o papel importante de mediador na aquisição do conhecimento cultural e no desenvolvimento cognitivo. GOLDFELD (1985. P. 07)

Por isso, pode-se afirmar que o ser humano está sempre em busca de algo que o complete seja culturalmente ou socialmente, e muitas vezes se depara com barreiras aparentemente intransponíveis e desiste na primeira tentativa da qual não foi bem sucedido.

Imaginem, para uma criança que já está com sua autoestima baixa devido a sua deficiência, enfrentar toda essa problemática, e, ainda conseguir alcançar um nível de aprendizado considerado “satisfatório”, no qual rege o sistema educacional político pedagógico? Mas que é o seu direito.

E para que isso aconteça, é dever dos profissionais de educação conscientes, orientar a criança PNEs, que ao conviver com a diversidade, poderá aprender com

5 **Ariadne** ou **Ariadna**, segundo a mitologia grega, é a filha de Minos, rei de Creta. Apaixonou-se por Teseu quando este foi mandado a Creta, voluntariamente, como sacrifício ao Minotauro que habitava o labirinto construído por Dédalo e tão bem projetado que quem se aventurasse por ele não conseguiria mais sair e era devorado pelo Minotauro. Teseu resolveu enfrentar o monstro. Foi ao renomado Oráculo de Delfos para descobrir se sairia vitorioso. O Oráculo lhe disse que deveria ser ajudado pelo amor para vencer o minotauro.

ela, através do respeito mútuo, da valorização de si mesmo e do outro, inculcando-lhe o amor próprio, o senso de justiça, espírito democrático e principalmente a vontade de ser um cidadão consciente de seus deveres e suas responsabilidades.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, R. *A escola que sempre sonhei sem imaginar que pudesse existir*. Campinas, SP: Papirus, 2001.

ARANHA, M. S. F. *Educação Inclusiva: Direito à Diversidade*, Brasília /2006;

BARROS, A. de J. P. de. *Projeto de pesquisa: propostas metodológicas*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1990.

BARROS, A. de J. P. de; SOUZA, N. Ap. de. *Projeto de pesquisa: propostas metodológicas* Leheld. 18. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

BELINKY, T. *Poema Diversidade*, editora Quinteto Editorial, 1999. Disponível em <http://atividadesdatiaangelica.blogspot.com/2010/02/diversidade-autora-tatiana-belinky.html>, acessado em 02/07/11.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial, Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva / Secretaria de Educação Especial. -2011.

BRASIL. Constituição (1891). *Diário Oficial da União*, Rio de Janeiro, RJ, 24 de fev. 1891. Disponível em: HTTPS://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constitui%C3%A7ao34.htm. Acessado por SILVA (2010) em 2 de mar.2010.

Brasília, A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar, Livro Acessível e Informática Acessível, 2010;

CONFORTO, D. [et. al.]; SANTAROSA, L. M. C.(Org.). *Tecnologias digitais acessíveis*. Porto Alegre: JMS Comunicação Ltda., 2010.

CORRÊA, C. H. W. Comunidades Virtuais gerando identidades na sociedade em rede. *Universiabrasil.net*. Disponível em: http://www.universiabrasil.net/materia_imp.jsp?Id=4391>. Acesso em: 05/07/2004.

CURITIBA, Diretrizes Curriculares da Educação Especial, Secretaria de Estado da Educação-SEED, 2006.

FREIRE, P. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática docente*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GOLDFELD, M. *A Criança Surda, Linguagem e Cognição numa perspectiva sócio-interacionista*. São Paulo: Plexus, 1985.

GUERRAS, *brasilecola*, Guerra da Sétima Cruzada: Disponível em <<http://guerras.brasilecola.com/idade-media/a-setima-cruzada.htm>> Acessado em: 07/09/2011.

GUGEL, M. A. *A pessoa com deficiência e sua relação com a história da*

humanidade. Acessado em: 26/02/10, por Aline Maira da Silva Disponível em: Http://www.ampid.org.br/Artigos/PD_Historia.php.

JANNUZZI, G. M. *A educação do deficiente no Brasil: dos primórdios ao início do século XXI*, Campinas: Autores Associados, 2004.

LEITE, L. S. *Tecnologia Educacional*. Petrópolis, RJ, Vozes, 2003.

LÉVY, P. As tecnologias da inteligência – o futuro do pensamento na era a informática. Rio de Janeiro: Ed.34, 1993.

LIBERALISTA, Revolução de 1830. Disponível em: http://pt.wikipedia.org/wiki/Revolu%C3%A7%C3%B5es_de_1830, acessado 03/09/11.

MANTOAN, M. T. E. Inclusão escolar – o que é? Por quê? Como fazer?(2003). Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/ict-in-education/>, acessado dia 13/09/11.

MAZZOTTA, M. J. S. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*, 5. Ed. São Paulo: Cortez, 2005.

MENDES, E. G. A radicalização do debate sobre inclusão escolar no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n.33, p. 387-405, set./dez.2006.

MORAES, C. S. V. A normatização da pobreza: crianças abandonadas e crianças infratoras. *Revista Brasileira de Educação*, n.15, p. 70-96, 2000.

MOURA, M. C. *O surdo: caminhos para uma nova identidade*. Rio de Janeiro: Revinter, 2000.

Paraná, DCEs, Diretrizes Curriculares da Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos, Secretaria de Estado da Educação – SEED, Curitiba, 2006.

PESSOTTI, I. *Deficiência mental: da superstição à ciência*. São Paulo: Edusp, 1984.

PLATT, A. D. *Currículos e formação humana: princípios saberes e gestão*. 1.ed.Curitiba: Editora CRV, 2009.

GROSSA, Ponta, História de. Disponível em: www.pontagrossa.pr.gov.br/acidade#historia, acessado em: 02/09/2011.

ROPOLI, E. Ap. *A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva*, Brasília, Ministério de Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza] Universidade Federal do Ceará, 2010.

SAMPAIO, M. N. & LEITE, L. S. *Alfabetização Tecnológica do Professor*. Petrópolis, RJ, Vozes, 1999.

SANDRONI, P. *novíssimo dicionário de economia*. São Paulo: BestSeller, 1999.

SANTAROSA, L. M. C. *Tecnologias digitais acessíveis*. Porto Alegre: JSM

Comunicação Ltda., 2010.

SARTORETTO, M. L.; BERSCH, R. ASSISTIVA, Tecnologia e Informação, 2011. Disponível em: <http://www.assistiva.com.br/tassistiva.html>, acessado 21-Aug-11.

SILVA, A. da; DAMÁZIO, M. F. M. *Deficiência Auditiva*. São Paulo: MEC/SEESP, 2007.

SILVA, A. M. da Educação especial escolar, história e fundamentos, Curitiba: IbpeX, 2010.

SILVA, T. T. da. *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*/ Tomaz Tadeu da Silva (Org.), Stuart Hall, Kathryn, Woodward. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

UNESCO Uso de TICs na Educação do Brasil, 2011. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/communication-and-information/ict-in-education/>, acessado em 07/09/2011.

ANEXO I

Lei nº9. 394

DECRETO Nº. 6.571:

Art. 1º A União prestará apoio técnico e financeiro aos sistemas públicos de ensino dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, na forma deste Decreto, com a finalidade de ampliar a oferta do atendimento educacional especializado aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede pública de ensino regular.

§ 1º Considera-se atendimento educacional especializado o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucionalmente, prestado de forma complementar ou suplementar à formação dos alunos no ensino regular.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Art. 2º São objetivos do atendimento educacional especializado:

I - prover condições de acesso, participação e aprendizagem no ensino regular aos alunos referidos no art. 1º;

II - garantir a transversalidade das ações da educação especial no ensino regular;

III - fomentar o desenvolvimento de recursos didáticos e pedagógicos que eliminem as barreiras no processo de ensino e aprendizagem; e

IV - assegurar condições para a continuidade de estudos nos demais níveis de ensino.

Art. 3º O Ministério da Educação prestará apoio técnico e financeiro às seguintes ações voltadas à oferta do atendimento educacional especializado, entre outras que atendam aos objetivos previstos neste Decreto:

I - implantação de salas de recursos multifuncionais;

II - formação continuada de professores para o atendimento educacional

especializado;

III - formação de gestores, educadores e demais profissionais da escola para a educação inclusiva;

IV - adequação arquitetônica de prédios escolares para acessibilidade;

V - elaboração, produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade; e

VI - estruturação de núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior.

§ 1º As salas de recursos multifuncionais são ambientes dotados de equipamentos, mobiliários e materiais didáticos e pedagógicos para a oferta do atendimento educacional especializado.

§ 2º A produção e distribuição de recursos educacionais para a acessibilidade incluem livros didáticos e paradidáticos em braile, áudio e Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS, **laptops** com sintetizador de voz, **softwares** para comunicação alternativa e outras ajudas técnicas que possibilitam o acesso ao currículo.

§ 3º Os núcleos de acessibilidade nas instituições federais de educação superior visam eliminar barreiras físicas, de comunicação e de informação que restringem a participação e o desenvolvimento acadêmico e social de alunos com deficiência.

Art. 4º O Ministério da Educação disciplinará os requisitos, as condições de participação e os procedimentos para apresentação de demandas para apoio técnico e financeiro direcionado ao atendimento educacional especializado.

Art. 5º Sem prejuízo do disposto no art. 3º, o Ministério da Educação realizará o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola por parte dos beneficiários do benefício de prestação continuada, em colaboração com os Ministérios da Saúde e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com a Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República.

Art. 6º O Decreto nº 6.253, de 13 de novembro de 2007, passa a vigorar acrescido do seguinte artigo:

Parágrafo único. “O atendimento educacional especializado poderá ser

oferecido pelos sistemas públicos de ensino ou pelas instituições mencionadas no art. 14.” (NR)

Art. 7º As despesas decorrentes da execução das disposições constantes deste Decreto correrão por conta das dotações próprias consignadas ao Ministério da Educação.

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 9º-A Admitir-se-á, a partir de 1º de janeiro de 2010, para efeito da distribuição dos recursos do FUNDEB, o cômputo das matrículas dos alunos da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado, sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular.

Brasília, 17 de setembro de 2008; 187º da Independência e 120ºda República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad